
APOIO A
INICIATIVAS
LOCAIS
DE COMBATE À
DESERTIFICAÇÃO



APOIO A INICIATIVAS LOCAIS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO



Ministério do
Meio Ambiente



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA), 2012.



Apoio a iniciativas locais de combate à desertificação do IICA está sob licença de Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Disponível em formato PDF em www.iica.int.

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES

Presidente da República

MICHEL TEMER

Vice Presidente da República

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretário Executivo (SECEX)

Francisco Gaetani

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)

Paulo Guilherme Francisco Cabral

Departamento de Combate à Desertificação (DCD)

Francisco Carneiro Barreto Campello – Diretor

Ministério das Relações Exteriores

Agência Brasileira de Cooperação

Marco Farani – Ministro

Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil (BRA/IICA/05/004)

Francisco Carneiro Barreto Campello – Diretor Nacional do Projeto (DCD -SEDR/MMA)

Gertjan B. Beekman – Coordenador de Enlace do Projeto (IICA)

Apoio a iniciativas locais de combate à desertificação / Stellianny Symeon Messinis
(organizadores) -- Brasília: IICA, 2012.

128 p., 15 x 23 cm

ISBN 13: 978-92-9248-423-1

1. Desertificação 2. Desenvolvimento rural 3. Sustentabilidade 4. Seca 5. Recursos hídricos
de conservação de água 6. Participação comunitária 7. Brasil I

Brasília, Brasil
2012

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Manuel Rodolfo Otero – Representante do IICA no Brasil

EQUIPE IICA

Gertjan B. Beekman	Coordenador de Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas
Juliano de Queiroz Souza	Consultor Técnico em Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas
Kilmara Ramos da Cruz	Consultora Técnica em Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas
Marcus Vinícius Batista de Souza	Consultor Técnico em Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas
Michelle de Rezende Souza	Consultora Técnica Assistente de Projeto de Cooperação
Romélia Moreira de Souza	Consultora em Gestão de Projeto de Cooperação
Stelliany Symeon Messinis	Consultora Técnica em Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas
Vânia Apolônio de Trajano	Gerente de Projeto de Cooperação

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (**GIZ**) GmbH¹

Articulação no Semiárido Brasileiro – **ASA**
Grupo de Trabalho sobre Desertificação

Coordenação editorial: Gertjan Beekman

Edição: Stelliany Symeon Messinis

Correção ortográfica: Kênia Márcia Meira dos Santos

Projeto gráfico: Marcelo Rubartely

Editoração: Cartaz Criações e Projetos Gráficos e Patricia Porto

Fotos: Arquivo IICA/Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas

Impressão digital: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.

¹ Criada em 1º de janeiro de 2011, a GIZ reúne sob o mesmo teto a experiência de longa data do DED, da GTZ e do InWEnt. Parte dos textos e modelos dessa publicação foram elaborados para a 1ª edição do Projeto de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação.



Apresentação

A Representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil tem a satisfação de apresentar os resultados das Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, executadas com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica de apoio à implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil.

Este documento reflete o escopo do Projeto de Cooperação Técnica, que tem como um de seus objetivos imediatos o fortalecimento da capacidade técnico/operacional de instituições e entidades que atuam nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) do Brasil para o incremento e difusão de conhecimentos, técnicas e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e de convivência com o semiárido.

Nesse contexto, por meio de Edital de Licitação de Manifestação de Interesse dirigido a entidades sem fins lucrativos das ASD, foram contratados projetos locais que enfatizassem a sustentabilidade, a capacitação e a difusão de informações e práticas de combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas.

Os projetos refletiram um esforço das organizações proponentes em relacionar o combate à desertificação às práticas que já vêm desenvolvendo ao longo de seu trabalho junto às comunidades de bases.

Todo o trabalho de seleção, monitoramento e avaliação dos projetos contou com a parceria firmada entre o MMA, o IICA, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e a Cooperação Alemã, representada pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ).

O sucesso de iniciativas como esta resulta do engajamento das comunidades locais em relação ao tema e do compartilhamento de experiências, saberes e práticas de boa convivência com o ambiente, de forma que

ao serem direcionadas para o combate à desertificação, se transformem em um campo fértil de possibilidades.

A presente publicação oferece uma síntese das atividades desenvolvidas, desafios encontrados e resultados alcançados pelos projetos, iniciativa esta executada em conformidade com as diretrizes do Projeto de Cooperação Técnica e em plena sintonia com as linhas temáticas do IICA e com os princípios do MMA.

Com isso, pretende-se que a difusão de ações deste porte possa orientar e direcionar projetos futuros e semelhantes que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a efetiva melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nas ASD do Brasil.

Gertjan B. Beekman

Coordenador de Recursos Naturais e
Adaptação às Mudanças Climáticas – IICA

Prefácio IICA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), como organismo de cooperação técnica, trata de temas relacionados ao combate à desertificação, projetos socioambientais e de uso sustentável dos recursos naturais, de modo a possibilitar melhor qualidade de vida e garantir o desenvolvimento sustentável para a população do campo.

A desertificação é um fenômeno caracterizado por intensa degradação do ecossistema, com redução e/ou perda da capacidade de produção, devido às ações antrópicas. De acordo com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a desertificação é "a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas".

No Brasil, as ASD abrangem uma área de 1.340.863 Km², com 1.488 municípios (27% do total de municípios brasileiros) e uma população de aproximadamente 32 milhões de pessoas, o que representa 17% da população brasileira e 85% dos cidadãos considerados pobres do país. Assim, a população concentrada nestas regiões está entre a mais pobre do país e a mais afetada pela situação de desertificação e seca.

O cenário de pobreza se reflete no aumento das pressões sobre a base de recursos naturais. As populações prejudicadas pelas condições ambientais, políticas, econômicas e sociais, em sua luta pela sobrevivência, geram um círculo vicioso de destruição ecológica.

Se são muitos os problemas que afligem as ASD também são inúmeras as possibilidades de recuperação dessas áreas, quer do poder público, quer da sociedade civil. O cenário de degradação pode ser transformado desde que sejam desenvolvidas ações que impliquem em valorização desses ecossistemas, em técnicas de manejo adequadas que levem à diminuição da pressão sobre os recursos naturais e em incentivo à preservação ambiental.

Nesta perspectiva, é com grande satisfação que apresento mais um dos produtos da cooperação técnica do IICA e seus parceiros, esperando que possa significar uma contribuição importante no processo de transformação das ASD, centrada na busca da erradicação da pobreza e da desigualdade, e tendo como paradigma a ética do desenvolvimento sustentável.

Manuel Rodolfo Otero

Representante do IICA no Brasil

Foto: Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária - CEPAC/CE





Prefácio DCD/MMA

No Brasil Colônia, desde as primeiras explorações europeias nos espaços semiáridos e subúmidos secos do território, a convivência dos habitantes originais – os denominados índios, no interior da região, particularmente na Caatinga – foi substituída por modos estrangeiros de explorar o ambiente natural, quando ali chegavam portugueses, além das sucessivas levadas de colonizadores e imigrantes, cada um trazendo costumes de seu tempo e de seus povoados originais.

Ora, o modo de viver, o conviver, de civilizações milenarmente instaladas naqueles espaços, cuja relação com a natureza foi-se fortalecendo com o aprendizado das particularidades do meio ambiente, de repente foi se extinguindo, com alguma aculturação e com raríssimas comunidades sobreviventes. Modos específicos de lidar com o meio ambiente e dele extrair os meios para a sobrevivência, numa relação de equilíbrio milenar, foram se perdendo no processo histórico da colonização no Brasil.

Somente a extrema riqueza e vigor da biodiversidade dessas zonas semiáridas pode explicar a sustentação, por cinco séculos, de milhões de seres humanos desprovidos do melhor conhecimento da natureza da região. Mais ainda, a história, atentamente observada, demonstra que o resto do país teve um desenvolvimento mais lento, por vários fatores, e que, nos primórdios da nação, era sustentado, em grande parte, pela riqueza das capitanias orientais do Brasil. Isso não ocorreu sem severos impactos no meio ambiente e, nessas circunstâncias, os processos de desertificação comprometem os serviços ambientais, a biodiversidade, os solos e os sistemas produtivos nas áreas susceptíveis à desertificação.

A recorrência histórica dos agravos de origem climática que desestruturaram as economias das regiões semiáridas e a crônica das intervenções governamentais indicam que o país não alcançou seus objetivos fundamentais e sugerem dois cenários: ou as comunidades inscritas nas áreas

susceptíveis à desertificação se encontram em um processo sem volta de esgotamento das possibilidades de ali viver ou as possíveis alternativas de as famílias conviverem dignamente nessas regiões não foram postas em movimento.

No Brasil, as áreas susceptíveis à desertificação já identificadas, segundo os critérios adotados na Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), perfazem cerca de 1,3 milhão de km² dos estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo, e constituem 16% do território brasileiro e 27% do total de municípios, com aproximadamente 32 milhões de habitantes. Nelas habitam a grande maioria dos cidadãos considerados pobres do país.

Nesse momento, dentro dessas áreas, a ação governamental nas políticas ambientais deve considerar, além das dimensões naturais, a dimensão humana das questões, em face das necessidades imediatas e em razão das oportunidades percebidas no contexto da relação sociedade e natureza. De fato, nas ações programáticas, tendo em conta a compreensão dos fatores ambientais e políticos que vulneraram a capacidade econômica daquelas regiões, o governo deve participar, principalmente, como indutor, catalisador e garantidor das mudanças, em especial nos espaços semiáridos e subúmidos secos do país, nos quais se identificam as áreas susceptíveis à desertificação.

O esforço realizado com Projeto de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação demonstra, à luz dos fatos, que há formas de convivência sustentável capazes de propiciarem uma economia e manterem grande parte dos moradores nos sistemas de produção e distribuição de bens e serviços em condições socialmente dignas. A obra apresenta uma conjectura do uso viável dos espaços semiáridos e de seus recursos naturais, de forma a assegurar a manutenção dos serviços ambientais e a conservação da biodiversidade, promovendo uma convivência que combata a desertificação e assegure o desenvolvimento regional ancorado num histórico de riquezas que, hoje, é quase desconhecido pelos brasileiros de outras regiões.

O desenvolvimento do Nordeste brasileiro guarda uma relação de dependência com os recursos naturais das zonas semiáridas, passando pela base de sua matriz energética onde a biomassa florestal participa com 30%, o suporte forrageiro para a pecuária extensiva, o extrativismo como

fonte de renda e os sistemas de pousio, combinando o uso do solo com alternâncias de descanso, em que o recurso florestal exerce um papel importante na recuperação dos solos. O distanciamento de sistemas sustentáveis, que possibilitavam uma convivência sustentável, vem agravando o processo de desertificação na região.

Esse esforço – envolvendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Articulação do Semiárido (ASA), a Cooperação Alemã, representada pela GIZ e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – no Projeto de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, demonstra a viabilidade do uso dos recursos naturais para uma convivência sustentável nas zonas semiáridas, apresenta alternativas para uma estratégia de fomento e crédito e aponta a necessidade de mecanismos normativos adequados ao cenário socioambiental que possibilitem a segurança alimentar, hídrica e energética ao mesmo tempo que mantém os serviços ambientais, conserva a biodiversidade e promove o desenvolvimento local.

Os resultados dessa iniciativa com os Projetos de Apoio a Iniciativas Locais permitem antever soluções com efeitos sinérgicos e multiplicadores, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis à desertificação: uma visão de futuro de convivência salutar com os fenômenos climáticos e de transformação da realidade empobrecida das frações mais frágeis daquelas populações.

Essa ação entre o MMA e o IICA viabiliza projetos fundamentados, com resultados verificáveis de impacto nas dimensões técnico-científicas e socioambientais, tendo em conta as iniciativas estruturantes para criação de tecnologias de convivência e desenvolvimento de oportunidades sustentáveis, alcançando um contingente crítico de formadores de conhecimento para a convivência com a semiaridez e autoriza compor um cenário prospectivo de desenvolvimento com inclusão produtiva não apenas sustentável, mas possível de repercutir em nível de alto padrão de bem-estar, de impacto efetivo nos indicadores de qualidade de vida do país.

O Projeto de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, objeto desta edição, expressa resultados efetivos, os quais permitem vislumbrar essa mudança de cenário, de forma a atender à vontade de prosperar, de parte dos que ali ficam, e a vontade permanente de retornar, de parte dos que dali partem em busca de melhores condições de vida, prin-

principalmente nos períodos de seca. A parceria MMA-IICA, nessa nova edição, revela experiências reais de estancamento e reversão dos processos de desertificação, com medidas de adaptação e recuperação ambiental para a inclusão social, produtiva e o desenvolvimento rural sustentável.

Francisco Carneiro Barreto Campello – Diretor
Departamento de Combate à Desertificação (DCD)

Prólogo SEDR/MMA

Após décadas de dificuldades econômicas, o Brasil se encontra, desde alguns anos, em um momento favorável para alcançar o desenvolvimento de suas regiões mais vulneráveis do ponto de vista social e ambiental. Além do quadro de crescimento global, houve importantes ajustes que tornaram mais efetivos os programas governamentais de proteção social. Notadamente, as ações têm maior impacto diferencial nos espaços onde a questão climática é determinante da convivência com os fenômenos da natureza, o que evidencia a pertinência de se priorizar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

A qualificação dos programas ambientais, por outro lado, tem produzido não apenas a integração dos interesses sociais com ações de defesa do meio ambiente: de fato, o paradigma que se afirma, nesse milênio, é o do conhecimento socioambiental sistematizado como dimensão do processo civilizatório. Quer dizer: o caminho melhor, que equilibra o uso dos recursos naturais e o bem-estar da população se faz pela compreensão do saber tradicional; a incorporação das boas práticas e das inovações tecnológicas ambientalmente adequadas; e pela integração participativa dos principais interessados, habitantes dos sítios locais, em especial nos espaços semiáridos e subúmidos secos do país, nos quais se identificam as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD).

No nível internacional, essa compreensão se expressou com a inscrição do tema na agenda ambiental global pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), da qual o Brasil é partícipe. A dimensão política nacional se afirma nas respostas às responsabilidades assumidas frente à Convenção – cujo destaque institucional de múltipla representação é a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD). Essas respostas se alinham aos objetivos fundamentais do Brasil, no marco da Constituição Federal, e se desdobram em objetivos estratégicos do Governo Federal para as ASD.

Na visão compartilhada pelas nações signatárias das três conferências do Rio de Janeiro, as deliberações do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20 – *O Futuro que Nós Queremos* reforçaram o papel da Cooperação Internacional “para resolver os desafios persistentes relacionados ao desenvolvimento sustentável para todos, em especial nos países em desenvolvimento”.

Renovando os compromissos políticos, decorrentes dos princípios reafirmados naquele documento, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), saúda a nova edição do Projeto de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação que, de forma exemplar, no ambiente da cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), atende ao esforço de estancamento e reversão do quadro de degradação ambiental nas ASD.

A iniciativa expressa, como maior motivo de afirmação de otimismo, uma mudança de percepção, pelos agentes públicos, do potencial de desenvolvimento das ASD, de valorização de suas riquezas e de enfrentamento de seus desafios.

Paulo Guilherme Francisco Cabral

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável (SEDR)

Sumário

Apresentação.....	7
Prefácio IICA.....	09
Prefácio DCD/MMA.....	13
Prólogo SEDR/MMA.....	17
1. Introdução.....	22
2. Caracterização das Áreas de Abrangência das Iniciativas Locais de Combate à Desertificação	26
3 Gestão, Monitoramento e Acompanhamento.....	38
3.1 Acompanhamento dos Projetos.....	39
3.2 Instrumentos de Acompanhamento dos Projetos.....	40
3.3 Iniciativas Comunitárias Visitadas.....	43
4. Projetos Gerenciados pelo IICA.....	48
4.1 Maranhão	49
4.1.1 Educação Ambiental no Baixo Paranaíba para Jovens Quilombolas: Ciranda Agroecológica.....	49
4.2 Ceará.....	52
4.2.1 Educação Ambiental: Preservando a Vida e a Natureza na Região Semiárida Cearense.....	52
4.2.2 Coligação de Jornais Escolares Contra a Desertificação.....	55

4.2.3	Unidade Demonstrativa São Bento de Convivência com a Seca e Combate à Desertificação	58
4.2.4	Mel do Iguaçu Sertão de Canindé/CE	61
4.3	Rio Grande do Norte	64
4.3.1	Educação e Geração de Renda no Combate à Desertificação no RN	64
4.3.2	Capacitação, Educação e Combate à Desertificação nas Áreas de Riscos da Região Potengi	67
4.3.3	Produzindo na Caatinga.....	70
4.4	Paraíba	73
4.4.1	Convivência com a Realidade Semiárida – Formas Alternativas de Combate à Desertificação	73
4.5	Pernambuco.....	76
4.5.1	Projeto Nova Esperança: Mobilizando Pessoas no Combate à Desertificação.....	76
4.5.2	Capacitação em Combate à Desertificação para Recuperação de Matas Ciliares das Nascentes do Rio Açudinho, Brejo da Madre de Deus/PE	79
4.5.3	Investindo no Associativismo e na Agroecologia	82
4.6	Sergipe	85
4.6.1	Existe Vida no Deserto	85
4.7	Bahia	88
4.7.1	Agrofloresta no Combate à Desertificação	88
4.8	Minas Gerais.....	91
4.8.1	Água, Conservação e Gestão Comunitária no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais	91
4.8.2	Preservação do Meio Ambiente e Geração de Renda para Jovens e Mulheres Quilombolas de Minas Novas.....	94

5. Gerenciados pela GIZ.....	98
5.1 Pernambuco.....	99
5.1.1 Projeto Iniciativas de Prevenção à Desertificação: Utilização Múltipla e Sustentável da Agrobiodiversidade, Biodiversidade e Demais Recursos Naturais no Município de Granito/PE.....	99
5.1.2 Cuidando do Roçado e da Natureza.....	102
5.2 Ceará	104
5.2.1 PAM – Plano de Ação Municipal de Combate à Desertificação..	104
5.2.2 Educação Ambiental e Contextualizada, Capacitação e Combate à Desertificação	107
6. Conclusões e Recomendações	110
7. Anexos.....	116
ANEXO I - Modelo para Relatório Parcial de Progresso	117
ANEXO II - Modelo para Relatório Final do Projeto	120



1

Introdução

A DESERTIFICAÇÃO, juntamente com as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e questões envolvendo os recursos hídricos são evidenciadas como grandes problemáticas ambientais de expressão global da atualidade, de sérias consequências econômicas e sociais e que afetam, direta e indiretamente, a vida de milhões de pessoas. Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, a comunidade internacional reconheceu essa dimensão e acordou na criação de uma Convenção específica para tratar desse problema (GIZ, 2008).

Após dois anos de acordos e esforços de elaboração, em 17 de junho de 1994 foi concluído o texto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), o que levou a decisão de se celebrar, nesta data, o Dia Mundial de Combate à Desertificação. Até o presente momento, reúne 193 países de todo o mundo. O Brasil tornou-se signatário da UNCCD, em outubro de 1994, e o Congresso Nacional a ratificou em 12 de junho de 1997.

A UNCCD conceitua a desertificação como um processo de degradação de terras que ocorre em regiões de clima árido, semiárido ou subúmido seco, resultante de vários fatores, e que abrange as variações climáticas e as atividades humanas. A degradação de terras corresponde à redução ou perda de fertilidade e de nutrientes, afetando a produtividade biológica ou econômica do solo (UNCCD, 1994).

No Brasil o Ministério do Meio Ambiente (MMA), particularmente o Departamento de Combate à Desertificação, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (DCD/SEDR), é o Ponto Focal Técnico junto à UNCCD, portanto, a instituição nacional responsável pela condução das ações para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, de forma articulada e pactuada com as diferentes instâncias governamentais e a sociedade civil.

Desde 2004, o Brasil vem implementando a UNCCD por meio do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN Brasil) e apoiando os 11 (onze) estados da Federação, que constituem área foco de atuação, na elaboração de seus respectivos Programas Estaduais de Combate à Desertificação (PAE), instrumentos estes que visam ao desenvolvimento sustentável, promovendo ações inibidoras sobre os principais agentes dos processos de desertificação, tais como: o desmatamento para o atendimento da matriz energética; a prática da pecuária extensiva (sobrepastoreio); a mineração, principalmente pela demanda de biomassa florestal nos processos transformação e a irrigação, que sem o uso de drenagem saliniza o solo.

Esse cenário, de desertificação e seca, representa um enorme desafio para a atuação do Poder Público e implica, necessariamente, em tratar a problemática em suas várias dimensões, sendo necessário construir parcerias com enfoque regional, nacional e local, de forma a potencializar a capacidade dos atores sociais transversos à questão.

Nesse contexto, o MMA, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, buscou a parceria do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), formalizada junto à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), via Projeto de Cooperação Técnica Internacional de “Apoio à Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil (PCT BRA/IICA/05/004)”.

Dentre os objetivos imediatos do Projeto de Cooperação destaca-se o que propõe o estabelecimento de mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam nas áreas susceptíveis à desertificação, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das boas práticas.

Assim, considerando que o processo de implementação do PAN Brasil envolve uma grande parcela das organizações comunitárias que atuam com a temática, o projeto em questão tem como uma de suas metas apoiar iniciativas locais que estimulem o desenvolvimento de ações de combate à desertificação com resultados práticos visíveis. Para isso, lançou o 2º Edital de Licitação (Manifestação de Interesse Nº 001/2008) denominado “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” que

selecionou e contratou projetos locais direcionados a entidades sem fins lucrativos que atuam nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD).

Este Edital é a continuidade à 1ª Edição do Fundo de apoio a experiências comunitárias de combate à desertificação, iniciado em 2007, pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, representada pela GIZ, em parceria com a SEDR/MMA, a ASA e o apoio do IICA. Esta iniciativa apoiou a execução de 13 (treze) projetos cujos resultados serviram como balizadores para a definição dos temas e seleção dos projetos da 2ª Edição.

O 2º Edital, com base na linha proposta pela 1ª Edição, apresentou um formato bastante simplificado, com o intuito de encorajar o envolvimento de maior número de instituições com projetos de combate à desertificação relacionados às boas práticas que já vinham sendo desenvolvidas junto às comunidades de base.

Para a execução do Fundo da 2ª Edição manteve-se a parceria já firmada entre a SEDR/MMA, o IICA, a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, representada pela GIZ e a ASA. Juntas estas instituições formaram o Comitê Gestor dos Projetos, responsável por todo o processo, desde a avaliação e seleção até o acompanhamento e a elaboração de propostas de continuidade.



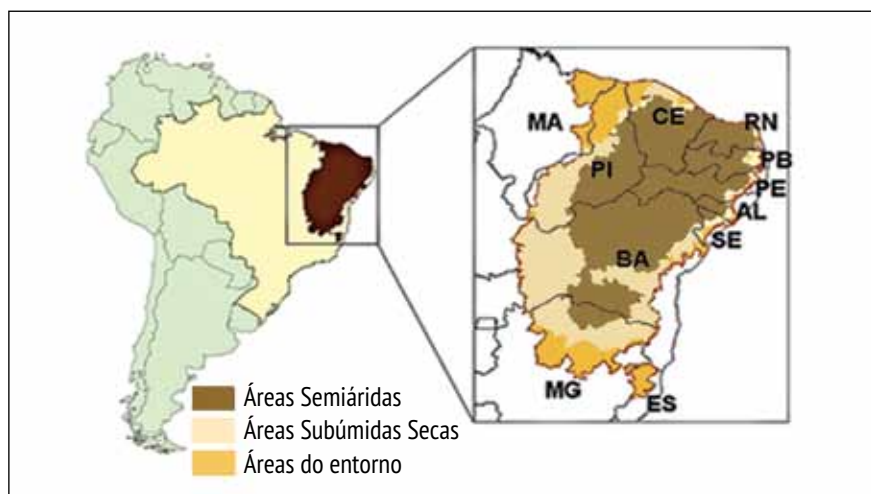
2

Caracterização das Áreas de Abrangência das Iniciativas Locais de Combate à Desertificação

A definição das ASD pelo PAN Brasil além de se basear nos parâmetros da UNCCD seguiu também outros critérios, considerando o espaço denominado entorno das ASD, ou seja, aquelas áreas afetadas por processos de degradação ambiental semelhantes aos observados nas zonas nas quais o Índice de Aridez (calculado pela relação entre a precipitação pluviométrica e a evapotranspiração potencial) encontra-se no limite do estabelecido pela Convenção (entre 0,21 e 0,65). Sob essas perspectivas, a área sujeita à desertificação no Brasil é a porção semiárida e subúmida seca dos nove estados da região Nordeste, além do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

No Brasil, atualmente, as ASD abrangem o trópico semiárido, subúmido seco e áreas de entorno, ocupando cerca de 1.340.000 km², em 1.488 municípios, atingindo diretamente cerca de 32 milhões de pessoas. Desse total, 180 mil km² já se encontram em processo grave a muito grave de desertificação, concentrados principalmente nos estados do Nordeste, que têm 55% do seu território atingido em diferentes graus de deterioração ambiental (MMA, 2004).

Figura 01 - Mapa das Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD)



Fonte: PAN-Brasil (BRASIL/ MMA, 2004)

A 2ª Edição do “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação”, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica, selecionou propostas advindas das ASD relacionadas a um ou mais temas pré-definidos.

Temas

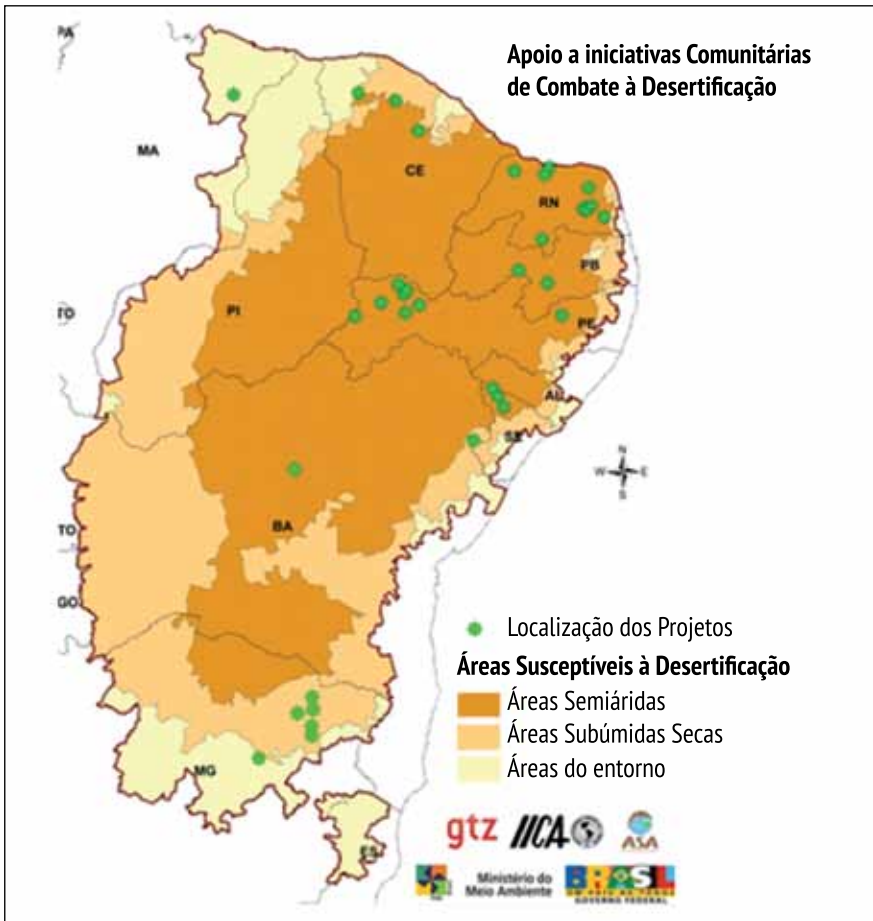
1. Uso sustentável e gestão democrática dos recursos naturais;
2. Recuperação de áreas degradadas (solo e vegetação da Caatinga);
3. Combate à pobreza, arranjos produtivos e aumento sustentável da capacidade produtiva;
4. Uso sustentável de matriz energética / novas energias;
5. Sensibilização e capacitação de agricultores e/ou população local para o combate à desertificação;
6. Integração do combate à desertificação em arranjos espaciais ou setoriais relevantes (p.ex. territórios, microbacias, consórcios de municípios, conselhos);
7. Capacitação, educação e combate à desertificação;
8. Comunicação e difusão de informação relacionada ao combate à desertificação.

Foram selecionados 22 (vinte e dois) projetos de Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, dentre os quais, 18 projetos foram contratados no âmbito da Cooperação – MMA/IICA, com duas desistências, e 4 (quatro) com recursos técnico-financeiros da GIZ. Os projetos também tiveram o acompanhamento técnico da ASA, integrante do Comitê Gestor da ação.

O Projeto de Cooperação destinou para a 2ª Edição do Fundo recursos da ordem de R\$ 414.683,70 (quatrocentos e quatorze mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos) e a GIZ disponibilizou R\$ 70.031,00 (setenta mil e trinta e um reais) o que, no total de R\$ 484.714,70 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais e setenta centavos), possibilitou às instituições selecionadas implementarem as atividades previstas pelos respectivos projetos. A média de recursos destinados a cada projeto foi da ordem de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Os recursos disponibilizados para cada projeto foram significativos em relação aos resultados alcançados pelas comunidades locais no âmbito da temática do combate à desertificação. No mapa a seguir estão representadas as áreas de abrangência dos projetos.

Figura 02 - Mapa da Localização das Iniciativas



Fonte: PAN-Brasil (BRASIL/MMA,2004).

As propostas selecionadas foram apresentadas por entidades da sociedade civil dos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Paraíba, conforme Tabelas 1 e 2, com informações detalhadas de cada projeto.

Tabela 1 - Projetos executados no âmbito da Cooperação - MMA/IIICA

UF	Município	Instituição proponente	Título do projeto	Tema central
BA	Irecê	IPÊTERRAS – Instituto de Permacultura em Terras Secas	Sensibilização de agricultores e agricultoras da região de Irecê às problemáticas agroambientais, inclusive à ameaça da desertificação	Sensibilização e formação de famílias agricultoras em combate à desertificação e agroecologia
CE	Canindé	Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária – CEPAC	Educação Ambiental: preservando a vida e a natureza na região semiárida cearense	Educação ambiental e viveiro de mudas
CE	Irauçuba	Comunicação e cultura	Coligação de jornais escolares contra a desertificação	Educação contextualizada / comunicação
CE	Alcântaras	Fundação de Saúde e Integração Social - CIS	Unidade demonstrativa São Bento de convivência com a seca e CD	Implantar uma unidade demonstrativa de convivência com a seca e combate à desertificação
CE	Canindé	Flor da Terra – Assessoria Projetos e Pesquisa	Mel do Iguaçú – Sertão de Canindé/CE	Implantação de 05 (cinco) campos de agrofloresta, com plantas nativas e frutíferas no município de Santa Filomena/PE
MA	Mata Roma	Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás	Educação Ambiental no Baixo Paraiba para jovens quilombolas: ciranda agroecológica	Capacitar 60 mulheres e 40 jovens, com princípios de autogestão e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e solidários e combate à desertificação
MG	Minas Novas	Associação Quilombola de Quilombo - ASPOQUI	Preservação do meio ambiente e geração de renda para jovens e mulheres quilombolas de Minas Novas	Conscientização entre os participantes pela importância da preservação das matas nativas, em especial as palmeiras nativas e outras plantas locais que são fontes de rendas e de alimentos para as mais de 150 famílias destas comunidades que utilizam das mesmas para diversas atividades

UF	Município	Instituição proponente	Título do projeto	Tema central
MG	Medina	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina	Água, conservação e gestão comunitária no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais	Desenvolver um trabalho de conscientização, mobilização e sensibilização em comunidades rurais de cada município (Medina, Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Ponto dos Volantes, Itaobim e Pedra Azul) sobre preservação e conservação de nascentes
PB	Serra Branca	USPAR – Unir, Sentir, Pensar e Agir	MELIPONICULTURA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO CARIRI	Instituição solicitou o cancelamento do Projeto
PB	Teixeira	Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS	Convivência com a realidade semiárida – formas alternativas de combate à desertificação	Envolver, num debate, agricultores(as), através de ações práticas e educativas, em torno da temática e formas de controle da desertificação, no sentido de apoiar a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região
PE	Ouricuri	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agrovia Nova Esperança	Projeto Nova Esperança: mobilizando pessoas no combate à desertificação	Promover a construção do conhecimento agroecológico e a formação de agricultores e agricultoras, jovens e crianças, através de reuniões, seminários, implantação de viveiros de mudas e sistemas agroflorestais, criando condições para que possam contribuir com o processo de combate à desertificação
PE	Brejo da Madre de Deus	Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus CONDESB	Capacitação em Combate à Desertificação para Recuperação de Matas Ciliares às Margens do Rio Açudinho, Brejo da Madre de Deus/PE	Recuperação de matas ciliares às margens do Rio Açudinho, município de Brejo da Madre de Deus/PE

UF	Município	Instituição proponente	Título do projeto	Tema central
PE	Exu, Granito, Serrita, Moreilândia, Parnamirim	Organização Ambientalista de Sustentabilidade e Integração do Sertão – OASIS do Brígida	Investindo no Associativismo e na Agroecologia	Elevar o nível de organização dos agricultores familiares para buscarmos de maneira organizada e consciente alternativas de convivência com o semiárido, tendo como principal ação a revitalização ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável
RN	Barcelona, São Paulo do Potengi	Associação dos Apicultores de Lagoa de Velhos/RN	Capacitação, educação e combate à desertificação nas áreas de risco da região Potengi	Promover a capacitação de educadores com ações educativas a partir dos princípios da agroecologia visando combater as áreas degradadas e áreas de desertificação através da instalação de viveiro de mudas, instalação de meliponários para criação de abelhas nativas
RN	João Câmara, Macau, Pendências, Lagoa Salgada, Lagoa de Velhos, Jardim do Seridó	Grupo Colméias de Projetos, Assessorias e Serviços	Educação e geração de renda no combate à desertificação no RN	Promover a capacitação de educadores com ações educativas a partir dos princípios da agroecologia visando combater as áreas degradadas e áreas de desertificação através da instalação de viveiro de mudas, instalação de meliponários para criação de abelhas nativas
RN	Mossoró	Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar – TERRA VIVA	Produzindo na Caatinga	Capacitação em apicultura e produção de mudas com foco no manejo sustentável dos recursos naturais como estratégia de CD
SE	Poço Verde	Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes SOCIEDADE SEMEAR	Existe vida no deserto	Formação de multiplicadores locais e elaboração de plano de ação em combate à desertificação

UF	Município	Instituição proponente	Título do projeto	Tema central
SE	Alto Sertão Sergipano	BIOTERRA – Org. para conservação da biodiversidade e meio ambiente	Minimização dos efeitos da desertificação pela inclusão socioambiental dos carvoeiros do alto sertão sergipano – Projeto Doces Matas	Instituição solicitou o cancelamento do projeto

Tabela 2 - Projetos executados com recursos técnico-financeiros da GIZ

UF	Município	Instituição proponente	Título do projeto	Tema central
CE	Irauçuba	Instituto Cactos	Efetivação do PAM – Plano de Ação Municipal de Combate à Desertificação	Fortalecimento institucional local para o combate à desertificação
CE	Irauçuba	Instituto Cactos	Escola e vida no semiárido: uma proposta de formação	Educação para convivência com o SAB/ formação de educadores
PE	Granito	Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe Fundação Araripe	Iniciativas de prevenção à desertificação: utilização múltipla e sustentável da agrobiodiversidade, biodiversidade e demais recursos naturais no município de Granito/PE	Capacitação (oficinas) com famílias agricultoras
PE	Santa Filomena	NEPS – Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco	Agrofloresta: aprendendo a cuidar do roçado e da natureza	Implantação de 05 (cinco) campos de agrofloresta, com plantas nativas e frutíferas no município de Santa Filomena/PE

Os projetos apresentaram, por estado, um resumo dos principais aspectos socioambientais trabalhados em suas respectivas áreas de abrangência, com a implementação de boas práticas.

Maranhão/MA

Os solos dessa região são ácidos, formados por rochas areníticas. Nessa região a população se concentra na área rural, sendo a agricultura de grande importância econômica, cujo sistema agrícola é tradicional, de corte e queima; envolve poucos anos de cultivo, com pouso tipo arbustivo. A fertilização é natural através das cinzas das queimadas. Produzem mandioca, arroz, milho, feijão e hortaliças. Os sistemas são diversificados e complexos, com cultivos associados e sucessivos. Na microrregião do Baixo Parnaíba há extração das espécies florestais nativas para expansão de projetos de soja, cana-de-açúcar para a agroindústria e eucalipto para atividades de carvoarias que alimentam as guseiras.

Fonte: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2008 do Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás.

Ceará/CE

No Estado do Ceará o meio ambiente natural encontra-se bastante alterado, devido à expansão histórica das atividades agropecuárias, do extrativismo vegetal e, mais recentemente, da atividade industrial. Dentre os recursos mais atingidos, destacam-se a vegetação, os solos e a água.

No que se refere à questão ambiental, os maiores problemas encontrados estão relacionados com o processo progressivo de degradação dos recursos naturais, provocados pelo alto índice de erosão dos solos, assoreamento dos corpos d'água, desmatamento desordenado, queimadas constantes, destruição da mata ciliar, nascentes sem proteção, destino inadequado do lixo doméstico e dejetos, estradas rurais não planejadas, máquinas e implementos agrícolas mal utilizados favorecendo o aumento da compactação do solo.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pelo CEPAC.

Rio Grande do Norte/RN

Na região oeste do Estado do Rio Grande do Norte vários fatores têm contribuído para degradação dos solos e dos recursos naturais. A condição de Estado agroexportador e detentor de reservas minerais tem sido acompanhada de uma gigantesca pressão sobre a natureza: o desmatamento descontrolado para produção de carvão vegetal e implantação do monocultivo de melão, melancia e bananas; a carga animal incompatível com a capacidade de suporte forrageiro das propriedades; o uso da lenha na produção de cal e cerâmicas; as queimadas descontroladas pelos agricultores, extração de estacas e mourões pelos proprietários etc.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pelo TERRA VIVA.

Paraíba/PB

Podem-se mencionar alguns dos principais fatores que condicionam a região como uma das ASD. Os problemas de ordem fundiária, caracterizados pelas diferenças econômicas; os de ordem social/cultural, que têm nos hábitos arraigados de uso da terra seu maior entrave; os de ordem política, que perpassam desde o desconhecimento do assunto até a ausência de um plano estratégico, por parte do setor público, de controle à desertificação; e os problemas de ordem ambiental, que têm sua consonância na forma não racional do uso do solo e da vegetação, o que propicia a intensificação do processo erosivo, agravado pelas características e variações climáticas (má distribuição da chuva, altas temperaturas e ventos secos). Esses fatores têm provocado, sobretudo, a deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo. Esses fatores são originários de um modelo de desenvolvimento convencional, o conhecimento é tratado de forma verticalizada, ou seja, os(as) agricultores(as) tornaram-se meros receptores do conhecimento gerado, por exemplo, pelos centros de pesquisas.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pelo CEPFS.

Pernambuco/PE

O modelo de desenvolvimento econômico implantado na região se baseia na agricultura de subsistência com tecnologias ultrapassadas, na pecuária e na exploração de gipsita. Todas essas atividades contribuem diretamente para o desmatamento e empobrecimento dos solos. Diante desta realidade e das constantes catástrofes naturais previstas e já existentes, em nível nacional e internacional, em decorrência deste acelerado processo de desertificação, as comunidades percebem a enorme necessidade de mudanças de hábitos e atitudes na forma de agir e produzir, estabelecendo uma nova relação com meio ambiente, relação esta que exige novos conhecimentos e o resgate de práticas e saberes existentes, em que o novo e o antigo se juntam na construção de um saber que favorece melhores condições de sobrevivência, com respeito à biodiversidade, conservando e preservando os recursos naturais ainda existentes e tentando recuperar parte do que está sendo destruído.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pela OASIS do Brígida.

Sergipe/SE

A região está localizada no semiárido e encontra-se em área de risco em relação ao processo de desertificação, tendo como consequência a degradação de ecossistemas naturais. Em algumas ocasiões, a seca no oeste do Estado pode se prolongar por quase um ano. Segundo alguns especialistas, a desertificação pode ser considerada como uma resposta à deterioração generalizada dos ecossistemas, causada por um clima adverso, associado à exploração abusiva dos recursos naturais. A destruição da cobertura vegetal e a consequente elevação da temperatura aceleram o processo de evaporação da água, deixando o solo ressecado, impermeável e improdutivo.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pela SEMEAR.

Bahia/BA

A situação ambiental na região é catastrófica: o desmatamento para a monocultura intensiva, o uso de agrotóxicos, as queimadas, o uso do trator e da irrigação com água salgada continuam destruindo os solos da região, provocando a erosão e, conseqüentemente, a desertificação e perda da biodiversidade. O problema mais preocupante ainda, resultado desses processos acima citados, é a perda de fertilidade dos solos, levando ao empobrecimento dos pequenos agricultores e agricultoras, prejudicando, assim, a segurança alimentar das famílias.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pelo Ipêterras.

Minas Gerais/MG

A estratégia da instituição é de fortalecer as ações de combate à desertificação no Território Médio Jequitinhonha, expandindo a sua proposta de trabalho a outros sindicatos de trabalhadores rurais de vários municípios que também enfrentam problemas relacionados à escassez de água, desmatamento, entre outros. Como já existe uma demanda de atuação em relação a essas questões, a ideia é somar forças e levar mais conscientização e atividades práticas para algumas comunidades rurais, para isso é necessária a parceria desses sindicatos de trabalhadores rurais e, em especial, do Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Vale do Jequitinhonha (ITAVALE), que possui atuação regional e conta com pessoas capacitadas para desenvolver o trabalho juntamente com a equipe do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Proposta de projeto apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina.



3

Gestão, Monitoramento e Acompanhamento

3.1 Acompanhamento dos Projetos

O COMITÊ GESTOR dos Projetos da 2ª edição do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, constituído por representantes do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), elaborou uma metodologia de acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos.

A premissa foi a de que as experiências acumuladas por instituições não governamentais, que há gerações desenvolvem práticas e tecnologias de convivência com o semiárido no Brasil, apresentam uma riqueza de saberes em relação ao combate à desertificação que, tornando-se mais conhecidas e compartilhadas, podem apoiar a implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN Brasil) de forma mais efetiva em nível local, integrado a práticas que a população já realiza.

O objetivo principal do instrumento de monitoria foi o de se criar uma base de informações e percepções focada nas experiências e práticas adquiridas pelas organizações responsáveis pela execução dos projetos. Buscou-se identificar e analisar mais profundamente alguns dos elementos de êxito dessas experiências em suas áreas específicas, visando à sua posterior multiplicação, com as devidas adaptações, para outros contextos das Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD).

O Comitê Gestor dos Projetos realizou reuniões em Brasília e estruturou uma agenda para o monitoramento técnico das ações em campo, por meio de visitas dos técnicos aos projetos. Para tanto, foram definidos pontos focais dentro do Comitê Gestor, sendo: três técnicos do MMA, um representante da ASA, e dois representantes da GIZ. Cada ponto focal ficou responsável pelo agendamento e organização das visitas sob sua responsabilidade, que em média duraram dois dias cada uma.

A metodologia utilizada para avaliação dos projetos foi desenvolvida em duas etapas: o preenchimento pelos coordenadores do projeto de dois instrumentos de pesquisa (Formulários 1 e 2, descritos a seguir) e realização de uma dinâmica com os participantes e beneficiários do projeto. Na dinâmica foram levantados e discutidos aspectos positivos e negativos do projeto.

Os projetos visitados refletiram um esforço das organizações proponentes em relacionar o combate à desertificação às práticas que já vêm sendo desenvolvidas junto a comunidades de base. Sem exceção, todos os projetos visitados cumpriram com o objeto proposto e alguns deles conseguiram realizar mais do que o planejado por meio de outras parcerias firmadas.

Durante todo período de desenvolvimento dos projetos, foi instituído um sistema de comunicação através de informes, via e-mail e telefone, que esclareceu dúvidas das entidades e orientou na execução de atividades. Também as organizações tiveram à disposição um canal de comunicação direto com a equipe gestora da execução dos projetos.

3.2 Instrumentos de Acompanhamento dos Projetos

a) Relatório parcial

O relatório parcial procurou enfatizar as atividades desenvolvidas e recursos empregados. Também contou com algumas questões sobre previsão de ajustes e outras de caráter reflexivo por parte da instituição, além da orientação para que fossem incluídos, em anexo, documentos e produtos de relevante interesse para o acompanhamento, como listas de presença e fotos das atividades realizadas, materiais produzidos, entre outros (Anexo I).

b) Visita de acompanhamento

Cumprindo a agenda de trabalho mencionada, foram realizadas visitas técnicas previstas com intuito principal de verificar *in loco* as experiências desenvolvidas, dialogar com as comunidades envolvidas e parceiros e realizar atividades, tendo em vista a coleta de informações que constituíram a base para a elaboração do relatório final com os resultados alcançados pelos projetos em relação ao fortalecimento da capacidade técnico-operacional de instituições e entidades que atuam nas ASD.

As visitas de campo para monitorar os projetos em questão tiveram como objetivos específicos:

- Comparar as atividades e metas previstas no projeto com as atividades realizadas e metas atingidas;
- Identificar resultados (beneficiados, tópicos, conteúdos, produtos elaborados);
- Identificar e debater aspectos positivos (incluindo novas oportunidades);
- Identificar e debater aspectos negativos (dificuldades e obstáculos encontrados);
- Identificar e debater as principais causas da desertificação localizada;
- Identificar e debater o significado do projeto para combater a desertificação;
- Identificar e debater as lições aprendidas;
- Avaliar o Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação.

Modelos de formulários aplicados junto aos projetos como instrumentos de pesquisa:

Formulário 1 - Informações sobre cada atividade

Atividades e metas previstas no projeto	
Atividades realizadas e metas atingidas	
Resultados	Beneficiados
	Tópicos, conteúdos, produtos elaborados
Aspectos positivos	
Aspectos negativos	
	Dificuldades, obstáculos
Principais causas da desertificação local	
Significado do projeto para combater a desertificação	
Lições aprendidas	
Avaliação do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais para o Combate à Desertificação	

Formulário 2 - Informações sobre o projeto como um todo

Aspectos positivos	
Aspectos negativos	
	Dificuldades, obstáculos
Principais causas da desertificação local	
Significado do projeto para combater a desertificação	
Lições aprendidas	
Avaliação do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais para o Combate à Desertificação	
Perspectivas de continuidade	
Potencial de replicabilidade	

c) Relatório Final

O relatório final, produto elaborado pelas entidades responsáveis pela execução do projeto, foi o último produto de acompanhamento das iniciativas desenvolvidas. Todos os projetos selecionados refletiram um esforço das organizações proponentes em relacionar o combate à desertificação às práticas que já vêm desenvolvendo ao longo de seu trabalho junto a comunidades de base (ANEXO II).

3.3 Iniciativas Comunitárias Visitadas

Em virtude de o Fundo ser uma iniciativa inovadora, realizada pelo Departamento de Combate à Desertificação do MMA e instituições parceiras, e portanto, com caráter experimental, optou-se pela realização de visitas de acompanhamento aos projetos desenvolvidos. Tal tarefa foi uma experiência muito rica para as duas pontas. A seguir um resumo de algumas das visitas técnicas realizadas aos projetos, sendo duas contratadas no âmbito da parceria com a GIZ:

1. Visita Técnica de Monitoramento: Brejo da Madre de Deus/PE

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	208040
CONTRATADA	Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus - CONDESB
TÍTULO DO PROJETO	Capacitação em Combate à Desertificação para Recuperação de Matas Ciliares às Margens do Rio Açudinho, Brejo da Madre de Deus - PE
OBJETO	Prestação de serviços de coordenação e execução de projeto comunitário no município de Brejo da Madre de Deus de recuperação de matas ciliares às margens do rio Açudinho
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Município de Brejo da Madre de Deus/PE
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Jonair Mongin

2. Visita Técnica de Monitoramento: Lagoa dos Velhos/RN

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	208049
CONTRATADA	ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE LAGOA DE VELHOS/RN
TÍTULO DO PROJETO	Capacitação, Educação e Combate à Desertificação nas Áreas de Riscos da Região Potengi
OBJETO	Prestação de serviços de coordenação e de serviços de coordenação e execução de projeto comunitário no município de Potengi
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Lagoa dos Velhos/RN
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Marco Bueno
PERÍODO DA VISITA	11 a 13/12/2009

3. Visita Técnica de Monitoramento: Canindé/CE

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO:	Nº 208038
CONTRATADA:	FLOR DA TERRA ASSESSORIA, PROJETOS E PESQUISA
TÍTULO DO PROJETO	Mel do Iguaçu – Sertão de Canindé/CE
OBJETO:	Prestação de serviços de coordenação e de serviços de coordenação e execução de projeto comunitário no município de Canindé
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Canindé/CE
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Daniela de Freitas Fenerich Russo
PERÍODO DA VISITA	9 a 14/11/2009

4. Visita Técnica de Monitoramento: Mata Roma/MA

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	208042
CONTRATADA	CENTRO DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES DA REGIÃO DE CARAJÁS
TÍTULO DO PROJETO	Educação Ambiental no Baixo Paranaíba para Jovens Quilombolas: Ciranda Agroecológica
OBJETO	Prestação de serviços de coordenação e de serviços de coordenação e execução de projeto comunitário no município de Mata Roma
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Mata Roma/MA
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Marco Bueno

5. Visita Técnica de Monitoramento: Poço Redondo/SE

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	208037
CONTRATADA	SEMEAR - Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes
TÍTULO DO PROJETO	Ainda Existe Vida no Deserto
OBJETO	Identificar jovens potenciais para serem multiplicadores de conhecimentos e ações nos bairro da sede do município de Poço Redondo e despertar princípios de organização comunitária para a resolução de seus próprios problemas com relação à desertificação, estimulando a autogestão comunitária, a valorização de processos participativos e o valor do conhecimento local
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Município de Poço Redondo/SE
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Jonair Mongin

6. Visita Técnica de Monitoramento: Irecê/BA

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	208044
CONTRATADA	INSTITUTO DE PERMACULTURA EM TERRAS SECAS - IPÊTERRAS
TÍTULO DO PROJETO	Sensibilização de Agricultores e Agricultoras da Região de Irecê às Problemáticas Agroambientais, Inclusive a Ameaça da Desertificação
OBJETO	Prestação de serviços de coordenação e de serviços de coordenação e execução de projeto comunitário no município de Irecê
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Irecê/BA
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Jonair Mongin

7. Visita Técnica de Monitoramento: Irauçuba/CE

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	208047
CONTRATADA	COMUNICAÇÃO E CULTURA
TÍTULO DO PROJETO	Coligação de Jornais Escolares Contra a Desertificação
OBJETO	Educação contextualizada/comunicação
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Irauçuba/CE
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Daniela de Freitas Fenerich Russo

8. Visita Técnica de Monitoramento do Projeto firmado em parceria com a GIZ

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	Contrato GIZ S/Nº
CONTRATADA	INSTITUTO CACTOS
TÍTULO DO PROJETO	Efetivação do PAM – Plano de Ação Municipal de Combate à Desertificação (Núcleo de Desertificação de Irauçuba)
OBJETO	Fortalecimento institucional local para o Combate à desertificação
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Irauçuba/CE
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Daniela de Freitas Fenerich Russo

9. Visita Técnica de Monitoramento dos Projetos firmados em parceria com a GIZ

Dados do Projeto	
Nº CONTRATO	Contrato GIZ S/Nº
CONTRATADA	INSTITUTO CACTOS
TÍTULO DO PROJETO	Escola e Vida no Semiárido: Uma Proposta de Formação
OBJETO	Educação para convivência com o SAB/ formação de educadores
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	Irauçuba/CE
RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA	Daniela de Freitas Fenerich Russo



Foto: Associação Quilombola de Quilombo - ASPQQU/MG

4

Projetos
Gerenciados
pelo IICA

4.1 Maranhão

4.1.1 Educação Ambiental no Baixo Paranaíba para Jovens Quilombolas: Ciranda Agroecológica



Ficha Técnica

Título do projeto:

Educação Ambiental no Baixo Paranaíba para Jovens Quilombolas: Ciranda Agroecológica.

Instituição executora:

Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás.

Instituições parceiras:

Aprema – Associação de Preservação ao Riacho Estrela e Meio Ambiente, Fórum em Defesa do Baixo Paranaíba, Sindicato de trabalhadores Rurais e Igreja Católica, Fórum Carajás, Comunidades quilombolas: Murici, Areal, Onça, Santa Rosa, Bom Sucesso, Cajueiro, Guadalupe, Caridade, Primeiros Campos, Tabatinga, Cidade Nova, Anajá, Ananás, Centro dos Jonas, Mucuin, Olho D'Água, e Muquem.

Responsável e contato:

Edmilson Carlos Pinheiro

E-mail: forumcarajas@forumcarajas.org.br

Período de execução:

08/10/2008 a 06/12/2009

Área de alcance:

Município Mata Roma, do Estado do Maranhão, vizinho dos municípios de Chapadinha, Anapurus, Urbano Santos e Brejo. Pertence à mesorregião do Leste Maranhense, e da microrregião Chapadinha e do Baixo Parnaíba.

Atividades desenvolvidas:

- Promoção de capacitação de jovens lideranças quilombolas em temáticas agroecológicas voltadas para a conservação de matas ciliares;
- Promoção da recuperação ambiental dos ecossistemas e de iniciativas de repovoamento nas nascentes do riacho Estrela;
- Produção e disseminação de conhecimentos e informações sobre a exploração e expansão da soja no cerrado maranhense, além da articulação de grupos e organizações da região.

Resultados alcançados:

- Disseminação de informações aos participantes referentes à origem do processo de desertificação e postura participativa nas ações que tiveram como objetivo a preservação;
- Aprendizado da importância do meio ambiente para a qualidade de vida da comunidade e do papel do jovem na mudança de comportamento a respeito do meio ambiente equilibrado;
- Maior valorização do conhecimento popular e suas contribuições para a preservação do meio ambiente e elevação da autoestima e despertar do sentimento coletivo para a preservação das fontes de água e despertar para uma agricultura sustentável.

Desafios encontrados:

- Com a problemática das chuvas na região houve grande dificuldade no seguimento das agendas e cronogramas propostos inicialmente;
- A grande taxa de analfabetismo dificultou no envolvimento e no desenvolvimento de estratégias para a participação da população;
- A problemática do desmatamento das áreas de chapada trouxera dificuldades, principalmente em relação ao envolvimento de órgãos públicos atuantes na temática social, ambiental e econômica para realização de atividades com a comunidade.

Dentre as diversas atividades referentes à temática de Educação Ambiental e Combate à Desertificação realizadas pelo projeto, citam-se algumas experiências visando à sustentabilidade.

A Oficina de Arte e Meio Ambiente proporcionou um fortalecimento da cultura local na disseminação de informações referentes à saúde e ao meio ambiente e mostrou a importância da deposição adequada dos resíduos sólidos.

A Oficina de Agroecologia possibilitou a identificação de espécies da mata ciliar que estão em processo de desaparecimento e espécies alimentícias que podem ser utilizadas pelos agricultores familiares, bem como a compreensão dos processos que levam à desertificação.

A Oficina de Sistemas Agroflorestais iniciou-se com informações sobre reflorestamento de mata ciliar e aproveitamento de espécies medicinais e frutíferas, além da explanação referente ao manejo de sistemas agroflorestais, apresentando várias técnicas que estimulam o agricultor a não usar agrotóxico na sua lavoura e diminuir o uso de fogo.

Na Oficina de Artesanato aprenderam-se técnicas de reciclagem, pintura e colagem, além do aproveitamento de sementes e fibras para confecção de artesanatos.



Foto 01 - Construção de viveiro.



Foto 02 - Oficina em campo.

4.2 Ceará

4.2.1 Educação Ambiental: Preservando a Vida e a Natureza na Região Semiárida Cearense



Ficha Técnica

Título do projeto:

Educação Ambiental: Preservando a Vida e a Natureza na Região Semiárida Cearense.

Instituição executora:

Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária – CEPAC.

Instituições parceiras:

Associações dos Assentamentos Rurais de Canindé, Prefeitura Municipal – através da Secretaria de Agricultura e Ação Social, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF).

Responsáveis e contato:

Francisco de Assis Faustino de Sousa

E-mail: assisfaustino@yahoo.com.br

Elane Maria de Castro Coutinho

E-mail: elaneccoutinho@bol.com.br

Período de execução:

06/10/2008 a 04/12/2009

Área de alcance:

Assentamentos de: Nojosa, Rancho Primavera, Tiracanga, Logadouro I e II, Cachimba Nova, Grossos, Armadores e 1º de Maio; situados no Município de Canindé.

Atividades desenvolvidas:

- Realização de oficinas e reuniões nos assentamentos para sensibilização, mobilização, divulgação e implantação do projeto;
- Curso de Educação Ambiental, abordando conceitos como: os fenômenos da degradação ambiental, técnicas de conservação do solo, causas da poluição e planejamento das ações nos assentamentos;
- Construção e implementação de viveiro de produção de mudas nativas, através da seleção das sementes e aquisição de material e insumos;
- Visitas aos assentamentos e viveiros de mudas para orientações técnicas e acompanhamento técnico das ações realizadas.

Resultados alcançados:

- Foram realizadas sensibilização, mobilização, implementação e boa divulgação do projeto junto às comunidades, poder público local, movimentos sociais e sindicais, órgãos governamentais e sociedade civil organizada;
- Implantação do viveiro de produção de mudas de 1.000 para 5.000, onde os assentados tiveram participação efetiva com a colheita das sementes e o desejo de reflorestar as áreas degradadas em seus assentamentos;
- Discussão ampla da temática e realização dos cursos de Educação Ambiental e manejo e conservação do solo e da água, este último, sendo uma atividade extra ao projeto, que foi solicitado ao longo das oficinas nos assentamentos, demonstrando o interesse que os participantes tiveram com relação ao projeto.

Desafios encontrados:

- O período chuvoso no Estado dificultou o acesso às localidades no início do projeto, havendo, assim, demora na execução das atividades;
- Falta de apoio por parte do órgão público local e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (IBAMA e INCRA) ao projeto e às atividades nos assentamentos;
- O recurso foi pouco para tanta demanda.

Dentre as diversas atividades referentes à temática de Educação Ambiental e Combate à Desertificação realizadas pelo projeto, citam-se algumas experiências visando à sustentabilidade.

As oficinas realizadas nos assentamentos levaram a discussões da temática, havendo um bom envolvimento e interesse da população, além disso, foram definidas ações concretas de manejo e conservação do solo.

A realização de palestras e cursos práticos de educação ambiental e manejo e conservação do solo e da água possibilitaram melhor informação e aprendizagem aos assentados.

Com a construção e implantação do viveiro para produção de mudas nativas foi possível sensibilizar os participantes da importância da preservação ambiental no combate à desertificação.

Apesar de ser uma pequena área dentro de uma região que sofreu e vem sofrendo um processo de degradação ambiental há décadas, devido aos processos de práticas agropastoris tradicionais e aos processos erosivos naturais, o projeto teve impacto significativo nos assentamentos e em algumas pessoas que poderão se tornar multiplicadoras da ideia.



Foto 01 - Curso de educação ambiental.



Foto 02 - Curso de manejo e conservação do solo e água.

4.2.2 Coligação de Jornais Escolares Contra a Desertificação



Ficha Técnica

Título do projeto:

Coligação de Jornais Escolares Contra a Desertificação.

Instituição executora:

Comunicação e Cultura.

Instituições parceiras:

Secretaria Municipal de Educação; Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agropecuária, Instituto Cactus e Instituto Sertão.

Responsável e contato:

Daniel Raviolo

E-mail: comcultura@comcultura.org.br

Período de execução:

08/10/2008 a 15/12/2009

Área de alcance:

Município de Irauçuba

Atividades desenvolvidas:

- Capacitação de coordenadores pedagógicos de 14 escolas para a publicação de jornais escolares, fazendo a junção do letramento com a temática da desertificação;

- Acompanhamento e continuidade de discussões sobre desertificação;
- Capacitação de alunos e professores em diagramação eletrônica;
- Publicação de 29 edições de jornais escolares, com tiragem igual ao número de aluno das escolas, além de exemplares extras para distribuir na comunidade;
- Capacitação para o uso desses jornais como material didático autoproduzido;
- Edição e publicação de Material Didático Irauçuba Ameaçada pela Desertificação, com 8 páginas e 5.000 exemplares.

Resultados alcançados:

- A abordagem do tema desertificação como conteúdo que sustente o trabalho específico de alfabetização e letramento das escolas ganhou concretude, interessando ao poder público (Secretaria Municipal de Educação);
- 2.643 alunos e seus professores de 14 escolas tiveram acesso a uma abordagem consistente do tema desertificação;
- Familiares dos alunos tiveram acesso ao conteúdo sobre desertificação nos municípios; muitos, dentre eles, pela primeira vez;
- Fortalecimento da ONG parceira local (Instituto Cactus) que lidera o Fórum Irauçubense de Convivência Solidária e Sustentável com o Semiárido. Parceria com a ONG Cactus.

Desafios encontrados:

- Desmotivação de alguns professores e escolas para participação em novos projetos;
- Estrutura da Secretaria de Educação, onde as pessoas que atuam na questão ambiental e as que atuam na questão da alfabetização/letramento não estabelecem pautas comuns de trabalho.

O trabalho realizado pela instituição foi de educação ambiental para os jovens e crianças das escolas contempladas, com o recebimento do material educativo e capacitação aos educadores. Tudo isso relacionado à temática do combate à desertificação.

A principal causa da desertificação no município é a prática do sobrepastoreio, prática há muito tempo utilizada na região e que tem alto impacto e degradação do solo, podendo levar à desertificação.

A experiência realizada no município e outras similares que podem ser desenvolvidas permitiram aprimorar a proposta para maior aproximação

na missão alfabetizadora da escola e seu papel informativo e educativo relacionando à temática do combate à desertificação.

O projeto constituirá o primeiro passo da incorporação orgânica do sistema escolar a essa mobilização, da qual está ausente até o presente momento. O fato de a Secretaria de Educação e da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agropecuária serem parceiras neste projeto facilita essa integração.



Figura 01 – Exemplo de jornal entregue.



Foto 02 – Capacitação de professores.



Foto 03 – Entrega dos jornais para os educadores.

4.2.3 Unidade Demonstrativa São Bento de Convivência com a Seca e Combate à Desertificação



Ficha Técnica

Título do projeto:

Unidade Demonstrativa São Bento de Convivência com a Seca e Combate à Desertificação.

Instituição executora:

Fundação Centro de Ecologia e Integração Social – Fundação CIS.

Instituições parceiras:

Representantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COM-DEMA), Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário (STTR), Prefeitura Municipal de Alcântara, Associação Comunitária do Sítio São Bento.

Responsável e contato:

Benedito Francisco Moreira Lourenço

E-mail: fsisocial@bol.com.br

Período de execução:

08/10/2008 a 02/03/2010

Área de alcance:

Comunidade Sítio São Bento, distrito de Alcântara.

Atividades desenvolvidas:

- Curso de agroecologia e convivência no semiárido, onde foram realizadas atividades teóricas e práticas abrangendo a temática de estudos e manejos de solos, estudo das práticas e tecnologias hidroambientais, dentre outras;
- Instalação de dez quintais agroecológicos, onde cada família disponibilizou uma área de acordo com sua realidade para instalação de unidades produtivas e plantio de sementes e mudas variadas;
- Reflorestamento de nascente devido à importância dessa recuperação para toda a comunidade. Foi realizado reflorestamento da área com plantio de mudas próprias;
- Oficina de educação ambiental discutindo conceitos da educação ambiental, problemas que o lixo traz para as cidades e sensibilização da população referente à problemática do lixo e suas destinações.

Resultados alcançados:

- Compreensão da importância do papel das tecnologias hidroambientais através da sensibilização e mobilização para instalação das tecnologias que integram as ações hidroambientais e de conservação de solo;
- Experiência inovadora de convivência com o semiárido através do envolvimento das pessoas atendidas, principalmente a participação de mulheres envolvidas mesmo sem a presença dos maridos;
- Maior mobilização no processo participativo das famílias. Ocorreu grande mobilização para ações de continuidade do projeto e de outras ações comunitárias.

Desafios encontrados:

- Lideranças comunitárias centralizadoras, gerando uma participação inibida por parte da comunidade por motivos de atraso no início das atividades, devido ao processo organizativo;
- A comunidade tinha tradição de pouca ou nenhuma participação, um grupo significativo de pessoas na localidade não participa de nenhuma atividade comunitária;
- Dificuldade na aquisição de materiais para realização de tarefas inerentes às ações hidroambientais do projeto.

O modelo de agricultura adotado como prática tradicional é um dos principais fatores que condicionam a desertificação local, não possibilitando a resiliência dos ecossistemas e das unidades produtivas, criando-se um processo erosivo, a perda dos solos e a degradação das áreas com seu empobrecimento. A realidade da degradação ambiental é visível, so-

bretudo nas microbacias dos riachos São Bento e Belém, que são as microunidades de planejamento trabalhadas pela instituição.

A população local enfrenta dificuldades em alcançar o sustento próprio e de seus familiares, com isso há uma grande parcela que vai para outros Estados em busca de melhoria de condições de sobrevivência. A parcela da população que não migra, explora os últimos recursos naturais ainda existentes, como a venda de pedra para construção civil, pavimentação urbana e a queima da madeira para produção de carvão.

O projeto buscou ser uma referência na região, mediante um programa de ações de convivência com a seca e superação da desertificação. Seus propósitos foram atingidos através das atividades de mobilização local do grupo, apresentação e divulgação das ações do projeto.

Parte das negociações da Fundação CIS com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) – através da Superintendência de Obras Hídricas do Estado do Ceará (SOHIDRA) – encontra-se em processo de negociação junto ao Governo do Estado, além de um termo de cooperação técnica para viabilizar a continuidade das atividades do projeto no sítio São Bento e a ampliação das ações para a microbacia do riacho Belém, na perspectiva de melhor trabalhar as microbacias anteriormente citadas.



Foto 01 - Quintais agroecológicos.



Foto 02 - Atividade coletiva para construção de barragem sucessiva.



4.2.4 Mel do Iguaçu Sertão de Canindé/CE

Ficha Técnica

Título do projeto:

Mel do Iguaçu – Sertão de Canindé/CE.

Instituição executora:

Flor da Terra – Assessoria Projetos e Pesquisa.

Instituições parceiras:

SEBRAE, Governo do Estado do Ceará, Prefeituras dos Municípios, Secretarias de Estado, Associações Comunitárias da Região, Empresa de Assistência Técnica do Estado do Ceará (EMATERCE).

Responsável e contato:

Tereza Cândida Diniz Gonçalves
E-mail: flordaterrace@uol.com.br

Período de execução:

06/10/08 a 04/11/09

Área de alcance:

Apicultores do Município de Canindé, que abrange: Iguaçu, São Luís, Barra Nova, Lajes e Cacimba Nova.

Atividades desenvolvidas:

- Cursos de BPP - Boas Práticas de Produção apícola para o mel, com temas como: manejo para coleta e extração do mel; higiene, condições climáticas; escolha, manuseio e transporte dos favos; envase; níveis de umidade e HMF; armazenamento e expedição do mel;
- Curso de gestão ambiental com conteúdos como: natureza e sociedade; introdução à gestão ambiental; responsabilidade social: interesses sociais e ambientais; atividades de impacto local e global; questões ambientais globais;
- Produção e plantio de mudas, com conscientização sobre a importância das árvores; coleta e identificação das espécies florestais encontradas na comunidade; identificação do uso e da importância de cada espécie florestal e levantamento de sementes disponíveis na comunidade;
- Aquisição de colmeias para que os apicultores utilizem esta prática para ajudar na renda familiar, produzindo mel de qualidade, além da sensibilização quanto à importância da preservação do meio ambiente para o sucesso da prática (manual).

Resultados alcançados:

- Reforço na necessidade de reflorestar a região, oferecendo alimento para as abelhas e evitando a fuga durante os períodos secos, além da diminuição na perda da produção por meio da invasão das colmeias;
- Formação de uma associação de apicultores, gerando melhor articulação das associações locais e dando um impulso maior no que se refere à organização associativa;
- Disseminação da cultura de preservação da mata nativa como forma de ampliação da biodiversidade e da reposição das matas ciliares;
- Definição de um plano de plantio, conforme necessidade e demanda da comunidade, observando a questão da floração e tipo de mel produzido, além da diversificação do tipo de mel produzido.

Desafios encontrados:

- Algumas sementes não foram coletadas para o plantio, dificultando diversificar os tipos de árvores plantadas;
- Baixo nível educacional dos apicultores, que limita diversificação de produtos;
- Pouca mobilização do conjunto dos apicultores para participar das feiras e ofertar seus produtos;
- Alguns agricultores na região ainda utilizam como forma de preparo da terra a prática das queimadas, causando atritos com os apicultores;
- Desinteresse e desmotivação inicial causados pela falta de conscientização sobre a importância do elemento arbóreo nas propriedades rurais e no ambiente da microbacias como um todo.

O Ceará é um dos Estados do Brasil mais seriamente afetado pelo processo da desertificação, tendo, segundo relatório do PAE/CE, quase a totalidade de sua área comprometida (92% do seu território tem os macroambientes desestruturados), sendo que as evidências e a possibilidade de expansão da desertificação são particularmente notáveis nos sertões dos Inhamuns, sertões de Irauçuba e Centro Norte e nos sertões do Médio Jaguaribe.

Considerando as causas sociais, isoladamente a educação se coloca como um fator de grande relevância no processo, pois em todos os municípios foram detectadas falhas na variável educação, devido ao baixo nível de escolaridade da população. Essa realidade é preocupante, pois é incontestável a importância da educação formal para a preservação ambiental e para a disseminação de práticas preservacionistas que contribuem para conter a desertificação.

A apicultura é relevante porque contribui para o aumento dos rendimentos das famílias das zonas mais rurais, complementando a atividade principal; além de contribuir na recuperação de áreas florestais degradadas, na criação de postos de trabalho e na fixação de população no mundo rural.

Para o projeto Mel do Iguazu o apoio permitiu a retomada dos trabalhos, tendo como consequência o aumento da produção de mel com significativa melhoria na qualidade, a organização interna que resultou no estabelecimento da Casa do Mel (através de apoio do projeto São José) e o ingresso dos apicultores no mercado. Com a implantação da Casa de Mel com SIF na comunidade de Iguazu o projeto ganha novas perspectivas com a consolidação da produção, integração dos grupos produtores e, principalmente, melhoria da qualidade dos produtos, viabilizando a sua colocação no mercado sem intermediários.

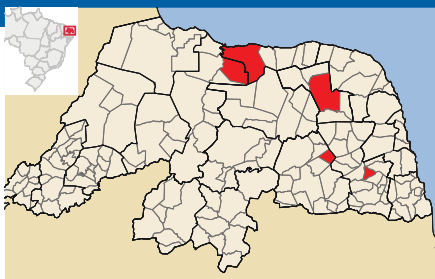


Foto 01 - Entrega das colmeias.



Foto 02 - Reunião em grupo.

4.3 Rio Grande do Norte



4.3.1 Educação e Geração de Renda no Combate à Desertificação no RN

Ficha Técnica

Título do projeto:

Educação e Geração de Renda no Combate à Desertificação no RN.

Instituição executora:

Grupo Colméia de Projetos, Assessoria e Serviços.

Instituições parceiras:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rede Abelha.

Responsável e contato:

Sonia Maria da Silva

E-mail: colmeiasbrasil@yahoo.com.br

Período de execução:

06/10/08 a 04/02/10

Área de alcance:

João Câmara, Macau, Pendências, Lagoa Salgada, Lagoa de Velhos e Jardim do Seridó.

Atividades desenvolvidas:

- Curso sobre abelhas nativas, abrangendo temas como: abelhas nativas, onde podem ser encontradas, quais estão em risco de extinção, como realizar o manejo de maneira correta;
- Montagem de meliponários com abelhas nativas, com visitas técnicas para observação e informações sobre sua manutenção adequada;
- Montagem de um viveiro de plantas nativas com repasse de informações sobre a manutenção do horto e visitas para observação;
- Curso sobre sistemática de identificação e classificação da flora nativa com aprendizados acerca da classificação da flora e sua importância para o meio ambiente.

Resultados alcançados:

- O projeto trouxe a possibilidade para que algumas famílias pudessem iniciar atividades de subsistência;
- A mobilização dos atores envolvidos no projeto assegurou que as comunidades assumissem a responsabilidade de manter vivos os frutos propiciados pelo projeto;
- A valorização da cultura desencadeou nos agricultores a valorização de suas terras, suas raízes, seus trabalhos.

Desafios encontrados:

- A carência de recursos naturais, como a água, dificultou a manutenção para manter as plantas vivas;
- O baixo nível de escolaridade e o pouco grau de informação e entendimento com relação ao combate do processo de desertificação;
- A inexistência de iniciativas de proteção às poucas e quase extintas áreas de proteção ambiental.

A degradação da terra pode ser provocada pelo mau uso desta – além do desmatamento desenfreado, a carência de políticas públicas apropriadas, os solos áridos, semiáridos e subúmidos – e da sua própria natureza de variação climática, fruto da atuação e das várias atividades humanas.

A retirada desordenada de lenha, a baixa pluviosidade e o tipo de solo vêm provocando a degradação das áreas e a desertificação. Podemos também citar a pecuária extensiva, que exerce grande pressão sobre a vegetação nativa do semiárido. Sabemos que essas são áreas mais susceptíveis à desertificação, tanto pela eliminação das plantas como pela compactação

do solo com o pisoteio excessivo dos animais, que impede o ciclo de vida vegetal que mantém a terra saudável.

A experiência adquirida com a execução deste projeto possibilitou a transmissão de informações sobre os processos de degradação e as áreas de desertificação junto às populações, especialmente aquelas situadas nos espaços rurais – comunidades e assentamentos rurais – de forma que pudessem compreender e agir para o seu próprio bem-estar.

Possibilitou, também, a capacitação dos grupos populares, visando à sua inserção de forma autônoma e solidária no mercado a partir dos produtos que são trabalhados nas unidades familiares, agrícolas e não agrícolas, já que as pessoas envolvidas obtiveram conhecimentos necessários sobre a organização das cadeias produtivas, a lógica de definição de preços, a necessidade de organização para comercialização, entre outros.



Foto 01 - Capacitação para formação de apicultores.



Foto 02 - Melipolinário montado pelo projeto.



4.3.2 Capacitação, Educação e Combate à Desertificação nas Áreas de Riscos da Região Potengi

Ficha Técnica

Título do projeto:

Educação Prevenção e Combate à Desertificação nas Áreas de Risco da Região Potengi.

Instituição executora:

Associação dos Apicultores de Lagoa de Velhos/RN (APILAVE).

Instituições parceiras:

Associação dos Beneficiários do Projeto de Assentamento e Reforma Agrária Potengi, Prefeitura Municipal de Lagoa dos Velhos, Associações e Sindicato.

Responsável e contato:

José Valcei de Souza
E-mail: valceisouza@hotmail.com

Período de execução:

27/05/2009 a 02/02/2012

Área de alcance:

Região Potengi: Lagoa de Velhos, Barcelona, São Paulo do Potengi. Região Trairi: Senador Eloi de Souza, Serra Caiada.

Atividades desenvolvidas:

- Construção de unidade de preservação de abelhas melíponas e cursos com a temática de: criação de abelhas melíponas, aproveitamento da capacidade produtiva, aquecimento global, sustentabilidade e responsabilidade com os recursos naturais;
- Montagem da unidade de produção e distribuição de mudas, além de capacitações com a temática: educação e combate à desertificação nas áreas de risco da região Potengi e manejo sustentável da Caatinga, aproveitamento da capacidade produtiva das abelhas;
- Revitalização das hortas orgânicas com grande participação da comunidade e cursos com acompanhamento direto de um instrutor da associação, parceiros locais e regionais.

Resultados alcançados:

- O projeto teve uma boa relação com o poder público local e abertura com outros seguimentos;
- Os apicultores estão mais conscientes e dominando as técnicas de manejo que fortalecem a apicultura e também a meliponicultura;
- O fortalecimento do projeto de hortas, iniciando a luta para retirada dos lenhadores do campo das cerâmicas para produção de verduras para a merenda escolar.

Desafios encontrados:

- A indústria ceramista local – o dono da empresa é também prefeito da cidade, o que dificulta acordos referentes à temática ambiental devido aos seus interesses financeiros;
- O solo da região é bastante degradado e com baixa fertilidade.

A principal causa da desertificação na região é o desmatamento desenfreado da Caatinga para a queima na produção da cerâmica vermelha, isso se dá por dois fatores: a falta de qualificação profissional da população, gerando assim um alto índice de desemprego, e a falta de alternativas geradoras de outras fontes capazes de ocupar os agricultores que hoje vivem do corte de lenha, os deixando sem alternativas para cultivar os solos e de fato se revelarem como agricultores e não lenhadores.

Levando em conta o caráter demonstrativo do projeto, este permitirá uma melhor contribuição na identificação, e proposição de

elementos que poderão nortear a elaboração de políticas públicas que incluam essa população. O projeto servirá de modelo para que outras comunidades, que ainda não se sensibilizaram para importância de sua sustentabilidade, possam buscar os recursos para a autogestão e possam usar a experiência deste projeto.

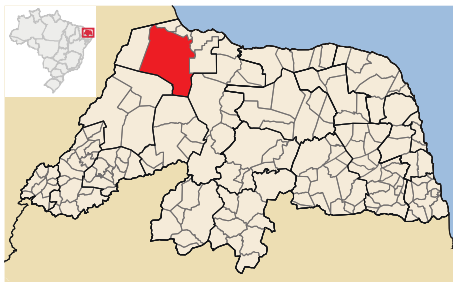
Depois de um processo construído a partir de um conjunto de atores sociais e das propostas inovadoras fruto da execução do projeto, foi reunida uma comissão para discutir com o poder público local sobre a continuidade deste. É importante saber que será dada continuidade à elaboração de propostas e à busca de novos editais, pois somos um povo carente e desprovido de forças monitorizadas para dar continuidade. Hoje temos a certeza de que já possuímos o acúmulo de uma experiência vivenciada na prática, o que é uma grande ajuda na construção de novas propostas bem como uma melhor inserção junto aos poderes municipais, que já estão se propondo a ajudar e a dar continuidade a algumas ações do projeto.



Foto 01 - Aula prática em comunidade atendida pelo projeto.



Foto 02 - Rainha de uma colmeia de abelhas Jandaíra.



4.3.3 Produzindo na Caatinga

Ficha Técnica

Título do projeto:

Produzindo na Caatinga.

Instituição executora:

Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar – TERRA VIVA.

Instituições parceiras:

EMATER, Rede Xique Xique, Rede Pardal/União Europeia e Semeando Agroecologia – Rede Pardal/União Europeia.

Responsável e contato:

Marcírio de Lemos

E-mail: terraviva@terravivarn.org.br

Período de execução:

08/10/08 a 06/09/09

Área de alcance:

Mossoró, Apodi, Grossos e outros 13 municípios da região, além do assentamento de Mulunguzinho e dos assentamentos circunvizinhos.

Atividades desenvolvidas:

- Mobilização das famílias para as capacitações, através de palestras referentes a temáticas de: apresentação do projeto (objetivos recursos e parceiros envolvidos); discussão sobre modelo de desenvolvimento; análise e reflexão econômica e de sanidade ambiental e humana da atividade de carvoaria;
- Capacitação em apicultura com os conteúdos: importância da apicultura para o semiárido; organização social das abelhas; tipos de capturas de enxa-

mes; instalação de apiários; importância da florada; manejo das melgueiras; multiplicação de famílias;

- Capacitação em manejo da Caatinga com as temáticas: caracterização do semiárido; aquecimento global e desertificação no semiárido; ciclo da água; sucessão vegetativa na Caatinga; manejo sustentável da Caatinga: raleamento, rebaixamento e enriquecimento para produção de estacas;
- Implantação do apiário por meio da escolha do local do apiário, captura de enxames, uso de vestimentas, revisão de colmeias, colheita e beneficiamento do mel.

Resultados alcançados:

- Grupo de pessoas sensibilizadas para a necessidade de manejar a Caatinga, o grupo se mostrou interessado e participou das atividades teóricas e das ações práticas;
- Formação em manejo e apicultura: foram proporcionados às famílias novos conhecimentos, principalmente sobre o manejo sustentável da Caatinga;
- Experimentação prática: a implantação da área de manejo serviu para demonstrar na prática a teoria e as famílias puderam acompanhar os resultados;
- Formação para a convivência com o semiárido e combate à desertificação, através da conscientização sobre a importância da temática e percepção da situação no assentamento.

Desafios encontrados:

- Houve pouco envolvimento das famílias do assentamento. O projeto não conseguiu alcançar todas as famílias, apesar de terem sido mobilizadas, apenas um grupo de famílias participou;
- Foi implantada apenas uma unidade demonstrativa. A implantação da área demonstrativa ficou para uma família, isso pode não estimular às demais a implantarem o manejo em suas áreas;
- A renda agrícola e pecuária da comunidade é insuficiente para manutenção das famílias, com isso houve a continuação do uso da mata nativa para geração de renda de forma insustentável.

Historicamente o que desencadeia o estado de desertificação no município é o modelo de produção adotado, que foi responsável por grande parte da destruição da mata nativa, associado a ele temos a produção de lenha e carvão para as cerâmicas locais. Com o fim da cultura do algodão, a pecuária extensiva e o desmatamento para produção de lenha passaram a constituir os principais fatores geradores da desertificação no contexto

de atuação do projeto, além do clima e da ausência de uma política voltada para a construção de uma nova visão de que é necessário conviver com o semiárido. Para isso, se faz necessário o estímulo à adoção de novas práticas agrícolas apropriadas à região (criação de pequenos animais, apicultura, conservação e recuperação dos solos e dos recursos hídricos, manejo da Caatinga, dentre outras).

O projeto proporcionou a implantação de unidade demonstrativa experimental voltada para uso e conservação dos recursos naturais, através da adoção de técnicas de manejo da vegetação nativa, com o intuito de criar uma nova consciência ambiental nas pessoas e, ainda, demonstrar que é possível explorar a vegetação nativa para fins econômicos sem precisar destruí-la, já que o manejo proporciona ganhos ambientais (conservação da vegetação, melhoria de solos, preservação dos animais nativos), ganhos econômicos (lenha, estacas, aumento da produção de suporte forrageiro e florístico, aumento na produção de mel, dentre outros) e, por fim, ganhos sociais (as famílias passam a desenvolver uma nova consciência ambiental).

No futuro, o manejo da Caatinga poderá ser uma técnica empregada em todos os estabelecimentos rurais, por trabalhar os ganhos ambientais e econômicos, melhorando a condição de vida das famílias e preservando o meio ambiente. Além disso, a implantação do manejo não requer grandes somas de recursos para iniciar a atividade.



Foto 01 - Produção de mudas no PA Mulugunzinho (TERRA VIVA, 2010).



Foto 02 - Visita técnica – área de manejo da Caatinga no PA Mulugunzinho (TERRA VIVA, 2010).

4.4 Paraíba

4.4.1 Convivência com a Realidade Semiárida – Formas Alternativas de Combate à Desertificação



Ficha Técnica

Título do projeto:

Convivência com a Realidade Semiárida – Formas Alternativas de Combate à Desertificação.

Instituição executora:

Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS).

Instituições parceiras:

As organizações de base comunitária (associações), a União das Associações Comunitárias do Município de Teixeira (UNACT), a Central das Associações Comunitárias do Município de Cacimbas e Região (CAMEC) e a Cáritas Diocesana.

Responsável e contato:

José Rego Neto
E-mail: cepfs@uol.com.br

Período de execução:

06/10/08 a 04/12/09

Área de alcance:

Microrregião da Serra do Teixeira (Comunidades dos Municípios de Teixeira e Cacimbas).

Atividades desenvolvidas:

- Oficina comunitária meio ambiente e gênero, contendo abordagens como os elementos da natureza e a temática: AR: a mudança de temperatura causada pelo homem através da poluição; ÁGUA: gerenciamento dos recursos hídricos na família e na comunidade; TERRA: a queimada destrói a vida do solo; FOGO: origem, uso e desenvolvimento; e o tema: a participação da família na preservação do meio ambiente;
- Visita de intercâmbio sobre Banco de Sementes Comunitário (BSC) para implantação posterior. Abordando a temática: o que é BSC; qual sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar; como a comunidade deve implantar um BSC; relação do BSC com a desertificação; gestão do BSC; interface do BSC com outros projetos existentes na comunidade;
- Visita de intercâmbio sobre apicultura para implantação posterior. Temáticas abordadas: o que é apicultura; qual importância da apicultura para o meio ambiente; como a apicultura poderá contribuir com o combate à desertificação; a apicultura como fonte de renda complementar; a apicultura como parte de um processo sistêmico de fortalecimento da agricultura familiar.

Resultados alcançados:

- O processo de formação vem se constituindo em um importante espaço de interação e aprendizado entre as famílias e comunidades;
- O desenvolvimento de ações práticas a partir da otimização dos recursos naturais existentes na região tem propiciado e fortalecido o desenvolvimento da região em bases sustentáveis;
- As parcerias obtidas são uma estratégia importante dentro de um contexto de desenvolvimento integrado, contribuindo efetivamente na realização de ações e potencializando o desenvolvimento da região.

Desafios encontrados:

- Em média os tamanhos das propriedades eram muito pequenos, o que dificultou um pouco o manejo adequado;
- Grande parte das famílias é desprovida de bom nível sociocultural, isso dificultou, sobretudo, a interação nas discussões, no aprendizado e na mudança comportamental;
- A falta de sensibilidade por parte dos políticos tradicionais não permitiu e nem valorizou as ações de controle à desertificação como sendo ações que geram e possibilitam o desenvolvimento.

Um dos principais fatores que condicionam o processo de desertificação na região é a intensa pressão exercida por atividades humanas sobre

ecossistemas já considerados frágeis, cuja capacidade de regeneração é baixa. Nesse sentido, constata-se que as causas mais frequentes da desertificação na região estão associadas, principalmente, ao uso inadequado do solo e da água no desenvolvimento de atividades agropecuárias, na irrigação mal planejada e no desmatamento indiscriminado.

O desmatamento, além de comprometer a biodiversidade, deixa os solos descobertos e expostos à erosão, ocorre como resultado das atividades econômicas, seja para fins de agricultura de sequeiro ou irrigado, seja diretamente para o uso da madeira como fonte de energia (lenha e carvão).

Do ponto de vista social e político um fator que influencia, em determinados aspectos, o processo de desertificação da região é a falta de compromisso e responsabilidade por parte dos gestores públicos diante dessa problemática. Percebe-se que não existe sensibilidade por parte dos mesmos, em especial dos pequenos municípios, em discutir a temática e efetivar uma política alternativa de combate ao processo de desertificação.

As experiências adquiridas podem proporcionar um significado muito importante a nível regional dentro do contexto de ações que possibilitam o combate à desertificação. O objetivo é que essas ações possam contribuir com a formatação de um projeto que considere as formas alternativas de combate à desertificação, a partir do protagonismo das famílias, da valorização do saber popular e do aproveitamento do natural disponível na região.

4.5 Pernambuco

4.5.1 Projeto Nova Esperança: Mobilizando Pessoas no Combate à Desertificação



Ficha Técnica

Título do projeto:

Projeto Nova Esperança: Mobilizando Pessoas no Combate à Desertificação.

Instituição executora:

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agrovila Nova Esperança.

Instituições parceiras:

CAATINGA, CAATMA – Centro de Articulação de Mulheres do Araripe, FETAPE, Centro Sabiá, Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara.

Responsável e contato:

Luciana Mendes da Costa Ferraz
E-mail: belcaatma@bol.com.br

Período de execução:

08/10/08 a 31/05/10

Área de alcance:

Agrovila Nova Esperança.

Atividades desenvolvidas:

- Oficina com STRs, lideranças rurais e poder público sobre desertificação, para mapeamento das áreas que serão implementadas as ações, com conteúdos como: debate sobre a desertificação, com a participação do ponto focal nacional de combate à desertificação pela sociedade civil, incluindo visita técnica;
- Intercâmbios de sistemas de produções agroecológicas. As famílias agricultoras tomaram conhecimento e debateram sobre as práticas agroecológicas, suas vantagens para o meio ambiente e as contribuições no combate à desertificação;
- Implantação de viveiros de mudas onde essas têm sido usadas nos sistemas agroflorestais e na recuperação de áreas degradadas;
- Produção de uma cartilha sobre sistemas agroflorestais em região de sequeiro. A cartilha foi produzida com ampla participação das famílias agricultoras que opinaram sobre o seu conteúdo e formato.

Resultados alcançados:

- Os mutirões para implantação dos sistemas agroflorestais e viveiros de mudas tornaram a comunidade mais consciente e preparada para dar continuidade ao projeto;
- A participação de outras associações no projeto proporcionou a disseminação das propostas a novas comunidades e municípios;
- Resgate de algumas culturas já esquecidas pela comunidade, já que através do projeto crianças, jovens e comunidade foram sensibilizadas para os cuidados com o meio ambiente.

Desafios encontrados:

- Chuva insuficiente para implantação dos sistemas agroflorestais e viveiros de mudas, trazendo prejuízos ao bom andamento destas atividades;
- Reservatórios insuficientes para captação de água, o que prejudica a implantação dos viveiros e sua continuidade caso não chova suficientemente.

Dentre os diversos fatores que são condicionantes para a desertificação na região, podem-se citar: o desmatamento e as queimadas; a extração de lenha para a indústria de gesso; a criação extensiva de bovinos; a mecanização da mão de obra; e, como consequência, as chuvas raras e mal distribuídas.

Com a educação contextualizada e a organização da associação, hoje a comunidade da Agrovila Nova Esperança é um referencial para outras

associações, escolas, movimentos sociais, organizações que defendem a agricultura familiar, instituições governamentais e não governamentais, e até mesmo para as políticas públicas.

O projeto proporciona a ampliação e consolidação da proposta de uma agricultura com bases sustentáveis, que promovem melhoria na renda e ainda geram inclusão e participação no trabalho de combate à desertificação para a região do Araripe.

Após as primeiras experiências surgiram os intercâmbios, os dias de campo e o processo de sensibilização das famílias envolvidas, onde os participantes serviram de multiplicadores destas ações no combate à desertificação. As famílias que vieram conhecer o projeto levam o objetivo de tornarem-se agentes multiplicadores.



Foto 01 - Capacitação dos participantes.



Foto 02 - Visita técnica agroflorestal.

4.5.2 Capacitação em Combate à Desertificação para Recuperação de Matas Ciliares das Nascentes do Rio Açudinho, Brejo da Madre de Deus/PE



Ficha Técnica

Título do projeto:

Revitalização das Nascentes do Rio Açudinho, Brejo da Madre de Deus/PE.

Instituição executora:

Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus (CONDESB).

Instituições parceiras:

IPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Menonita de Assistência Social AMAS e Secretaria Municipal de Agricultura

Responsável e contato:

Elizabeth Szilassy
E-mail: bethamas@gmail.com

Período de execução:

08/10/08 a 06/12/09

Área de alcance:

Nascentes do Rio Açudinho (região brejeira: comunidades de São Gonçalo, Navalha, Teixeira e Santa Rosa) no Município de Brejo da Madre de Deus.

Atividades desenvolvidas:

- Levantamento das nascentes com GPS, registro fotográfico e coleta de vegetação nativa para futura identificação e revitalização;
- Colheita de sementes de plantas a serem plantadas e mudas de 12 espécies foram transportadas, entregues e plantadas;
- Aplicação das tecnologias adequadas para o plantio das mudas, através da construção de cercas (com estacas, arame e grampos) para as comunidades do projeto;
- Capacitação através do plantio de mudas florestais em torno das nascentes do rio, juntamente com a entrega de folders;
- Criação de material de comunicação: confecção de folders e banners.

Resultados alcançados:

- Difusão das informações através dos multiplicadores capacitados. Com o início das atividades na comunidade de São Gonçalo, agricultores em outras comunidades se interessaram pelo projeto;
- Boa participação e difusão do conhecimento por parte da comunidade.

Desafios encontrados:

- A dificuldade de acesso na região levou a atrasos, até depois das chuvas;
- O excesso de atividades realizadas por parte da instituição executora (CON-DESB) atrasou a execução do projeto.

A região ribeirinha do Rio Açudinho, especialmente o Sítio Açudinho, antes beneficiado com um rio perene, atualmente temporário, com suas margens degradadas e improdutivas, representa o resultado do cultivo inadequado da cultura da cenoura, sem a utilização das devidas técnicas de preservação e conservação do solo, gerando prejuízos econômicos, ambientais e sociais.

No ano 2000 foi fundado o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável do Movimento Sindical Rural / Sindicato dos Trabalhadores Rurais / Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco FETAPE / Confederação dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG.

O projeto visou à mobilização de todos os setores do município ligados ao meio rural, contando com a participação do poder público e da sociedade civil organizada (associações, cooperativas, igrejas, ONGs) com vistas a criar um fórum de debate e decisões acerca do desenvolvimento local, levando em

conta o desenvolvimento do setor agrícola, com a sustentabilidade necessária a um futuro seguro para os descendentes.

Existe a preocupação atual do Conselho com a comunidade diretamente atingida e as comunidades adjacentes, cujas causas embora claras para o Conselho não estão bastante claras para as comunidades atingidas, pois, mesmo bastante prejudicadas e com um vislumbre das causas, tornam necessárias ações efetivas no sentido de despertá-las para o problema e trabalhar conjuntamente com ações que venham a reverter a situação, tornando novamente a área fértil e produtiva, sem prejuízos para o meio ambiente.

Com as ações de capacitação e de manejo dos recursos naturais existentes, disponibilizados pelo projeto, foi possível um envolvimento de todos os parceiros dentro de suas possibilidades. Foi realizado um verdadeiro mutirão, despertando especialmente a consciência dos moradores das localidades, da necessidade de reverter o atual quadro, tornando a região capaz de gerar as riquezas necessárias para aquela população, sem prejuízo para seus descendentes e para o meio ambiente.



Foto 01 - Levantamento das nascentes para posterior revitalização.



Foto 02 - Mutirão para plantio de mudas.

4.5.3 Investindo no Associativismo e na Agroecologia



Ficha Técnica

Título do projeto:

Investindo no Associativismo e na Agroecologia nas Margens do Rio Brígida.

Instituição executora:

Organização Ambientalista de Sustentabilidade e Integração do Sertão – OASIS do Brígida.

Instituições parceiras:

Parceria com as diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas que atuam diretamente nesta região.

Responsável e contato:

Antonia Lucia Ferreira da Trindade
E-mail: oasis.do.brigida@hotmail.com

Período de execução:

20/11/2008 a 08/09/2009

Área de alcance:

Municípios de Exu, Granito, Serrita, Moreilândia e Parnamirim na Bacia Hidrográfica do Rio Brígida.

Atividades desenvolvidas:

- Oficina com o uso de cartilha sobre Agroecologia nas Margens do Rio Brígida, com os conteúdos: produção agroecológica; produção e utilização do fermentado biológico ou biogeo e uso do nim;

- Oficina com o uso de cartilha sobre Associativismo e Gestão Compartilhada, e os conteúdos: formulação de conceitos básicos do associativismo (objetivos e finalidades); gestão compartilhada e planejamento estratégico; articulação e participação em espaços sociais;
- Intercâmbio entre os participantes sobre experiências referentes à produção de horticultura orgânica.

Resultados alcançados:

- Organização social das Margens do Rio Brígida (associações), facilitando a articulação e compreensão dos participantes dentro de um espaço coletivo;
- Iniciativas de produções agroecológicas em nível regional. Apesar da falta de assistência técnica regional, muitos agricultores e agricultoras familiares se sentiram motivados para realizar mudanças na forma de produção e consumo de produtos agroecológicos.

Desafios encontrados:

- A fragilidade e inexistência dos mecanismos de mobilização e implementação de políticas públicas na área ambiental, bem como, a falta de controle social das ações e recursos destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- O limitado nível de formação dos associados e na área de gestão das associações impacta diretamente na qualidade organizacional e, consequentemente, nas possibilidades de planejamento e execução de ações coletivas com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- A ausência de um Comitê de Bacias Hidrográficas se apresenta como um entrave dentro de uma perspectiva de revitalização e recuperação de uma bacia hidrográfica, uma vez que as ações não conseguem se desenvolver de forma efetiva por falta de apoio e incentivo.

Como causas da desertificação nas Margens do Rio Brígida podem citar: a utilização de práticas e técnicas tradicionais de produção, que provocam fortes prejuízos na paisagem, no solo, na fauna e na flora dessa região, comprometendo a qualidade de vida do sertão; a prática da monocultura agrícola e da pecuária extensiva de pequeno e médio porte; a falta de assistência técnica para produção agropecuária e diversificação do produto, dentro de uma dinâmica de promoção de desenvolvimento sustentável; o baixo nível de escolaridade dos agricultores familiares, e pouca valorização e participação destes nos espaços de decisões coletivas, em que rejeitam os novos conhecimentos, persistindo nas velhas práticas de agressão ao meio ambiente e de pouco convívio social.

Outra problemática é a falta de atuação dos órgãos públicos de orientação e fiscalização ambiental, bem como, a inexistência de políticas públicas de meio ambiente, direcionadas ao combate à desertificação nesta região.

De maneira geral, pode-se dizer que a experiência adquirida com a implementação do projeto faz aflorar nos espaços coletivos uma preocupação regional do “FUTURO”, com um chamamento direto para mudanças de atitudes e pensamentos, com maiores responsabilidades sociais.

Observa-se a necessidade de fortalecimento organizacional em cada comunidade beneficiada, criando uma nova consciência coletiva de revitalização e de busca de melhoria da qualidade de vida no sertão. Dessa forma, entende-se que essa experiência significa a possibilidade de integração intermunicipal para a busca de soluções comuns a problemas coletivos, com ações possíveis que dependam do esforço do poder público e da sociedade civil na efetivação destas, onde se possa mudar a realidade local e construir uma nova imagem de combate à desertificação na região.

Para continuidade das ações são pensados, a partir do nível de participação dos diversos atores sociais, nos espaços coletivos com a construção permanente de propostas de ações, buscando a parceria com o poder público e sociedade civil.

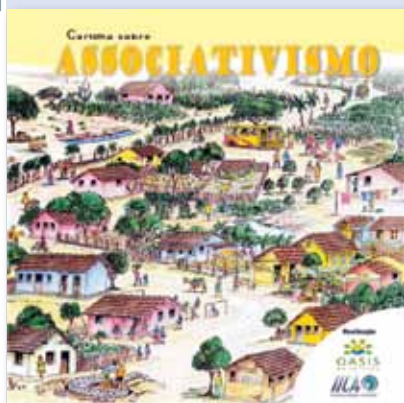


Foto 01 - Cartilha explicativa sobre a temática associativismo.

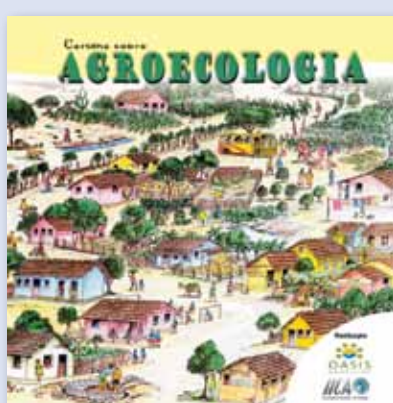
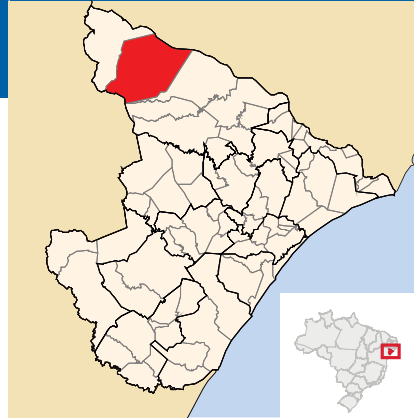


Foto 02 - Cartilha explicativa sobre a temática agroecologia.

4.6 Sergipe



4.6.1 Existe Vida no Deserto

Ficha Técnica

Título do projeto:

Ainda Existe Vida no Deserto.

Instituição executora:

Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – SOCIEDADE SEMEAR.

Instituições parceiras:

Governo do Estado de Sergipe – Secretaria de Planejamento e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Prefeitura Municipal de Poço Redondo; Associação Cultural Raízes Nordestinas
Projeto Dom Helder Câmara; Escola Técnica Agrícola Dom José Brandão de Castro; Articulação do Semiárido – ASA; Petrobras – Programa De Olho no Ambiente.

Responsável e contato:

Danielle Rodrigues Dutra
E-mail: sociedadesemear@infonet.com.br

Período de execução:

08/12/2008 a 16/12/2009

Área de alcance:

Município de Poço Redondo.

Atividades desenvolvidas:

- Formação e capacitação dos jovens, com conteúdos como: apresentação do projeto e explanação sobre conceitos de desertificação e meio ambiente;
- Mobilização dos órgãos públicos e entidades que atuam no município para um curso com os conteúdos abordados nas reuniões ampliadas sobre o tema: Desertificação e Elaboração do Plano de Ação;
- Curso para se trabalhar os conteúdos abordados nas reuniões ampliadas sobre o tema Desertificação e elaboração do plano de ação com temas como: meio ambiente, ecossistemas e biodiversidades, degradação dos recursos naturais, sustentabilidade, cidadania, desertificação.

Resultados alcançados:

- Os jovens que participaram do Curso e Elaboração do Plano de Ação mostraram-se receptivos às temáticas apresentadas, verbalizando da necessidade de combate à desertificação no local, pois esta já se encontra em estado bastante avançado;
- Foram feitas diversas mobilizações com visitas aos locais mais movimentados, entrega de panfletos sobre o projeto e colagem de cartazes nos principais pontos da cidade.

Desafios encontrados:

- O maior desafio foi não se ter o mesmo público em todas as atividades, pois houve contratempos, como mês de festas na cidade e outras atividades paralelas as quais desmobilizaram algumas atividades realizadas pelo projeto;
- Dificuldade de assimilação da proposta por parte dos agentes comunitários e multiplicadores, podendo causar limitações ao repassarem os conhecimentos adquiridos.

Poço Redondo está localizado no semiárido e encontra-se em área de risco em relação ao processo de desertificação, tendo como consequência a degradação de um ecossistema natural. Segundo alguns especialistas, a desertificação pode ser considerada como uma resposta da deterioração generalizada dos ecossistemas, causada por um clima adverso, associado à exploração abusiva dos recursos naturais.

Sabe-se que a desertificação provoca a perda de áreas para produção agropecuária, como também contribui para o abastecimento de importantes recursos biológicos, os quais irão interferir no processo do curso da água e trarão consequências para o clima. A Caatinga, formação vegetal típica do município, é um ecossistema que precisa urgentemente

de uma proteção legal. A presença de vários tipos de vegetais aumenta a infiltração da água no solo. As folhas que caem no solo diariamente se biodegradam e se transformarão em húmus, que juntamente com a água, completar-se-á um ciclo de vital importância para a manutenção da vida sobre a terra (MENEZES 1999).

No período de 2006 a 2007, a Petrobras, juntamente com a Sociedade Semear, elaborou a Agenda 21 Comunitária do Bairro São José, em Poço Redondo. Por meio do Programa De Olho no Ambiente, capacitou 17 jovens para realizar o Diagnóstico Socioambiental do Bairro São José. Esses jovens possuem o potencial de envolver outros grupos comunitários a realizarem mudanças de comportamento, hábitos e visões, utilizando a linguagem local aliada à técnica, no combate à desertificação no município.

Os atores sociais do município são atuantes na área ambiental, carecendo de oportunidades de desenvolverem suas capacidades. Os conteúdos trabalhados tiveram como foco a interpretação e a compreensão da dinâmica do bioma Caatinga, utilizando-se para isto a leitura de paisagem, os métodos participativos e as visitas técnicas. A execução desse projeto possibilitou o fortalecimento das ações já implementadas no município na área ambiental, fortalecendo o debate na busca de soluções para o combate à desertificação no município.

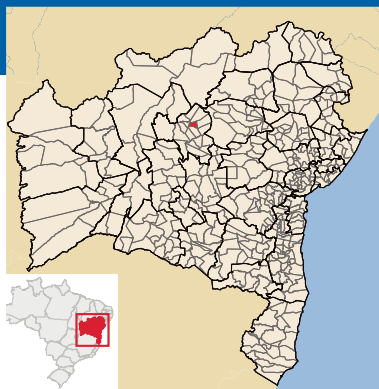


Foto 01 - Capacitação e seleção dos agentes comunitários multiplicadores.



Foto 02 - Grande atuação dos jovens nas atividades.

4.7 Bahia



4.7.1 Agrofloresta no Combate à Desertificação

Ficha Técnica

Título do projeto:

Agrofloresta no Combate à Desertificação.

Instituição executora:

Instituto de Permacultura em Terras Secas – IPÊTERRAS.

Instituições parceiras:

Grupo de Trabalho Agrofloresta no Combate à Desertificação (GTACD) da região de Irecê, composto por representantes das seguintes entidades: IPÊTERRAS, PASCUA, Pastoral da Criança, Associação de apicultores de Mocozeiro. Associações de pequenos produtores de: Rodagem de Lapão, Lagoa do Zeca de Canarana e Curralinho de São Gabriel, Associação de Mulheres de Morro de Higino da Jussara, ESAGRI – Escola de Agricultura da Região de Irecê, Escola Técnica em Agropecuária de Canarana.

Responsável e contato:

Marilza Pereira da Silva

E-mail: ongipeterras@yahoo.com.br

Período de execução:

08/10/08 a 06/12/09

Área de alcance:

Região de Irecê.

Atividades desenvolvidas:

- Mutirão de intercâmbio no Ipêterras, para implantação de técnicas em agrofloresta nas áreas preestabelecidas, com conteúdos como: agrofloresta, recuperação e conservação de solo, convivência com semiárido e beneficiamento de produtos;
- Mutirão para implantação de campos agroflorestais nas áreas preestabelecidas, com palestra na temática agroflorestal no combate à desertificação, planejamento esquematizado da área a ser implantada e implantação de SAF (Sistemas Agroflorestais);
- Visita à comunidade de Morro do Higino de Jussara, com palestra de sensibilização sobre desertificação, explanação sobre a ação do IPÊTERRAS e do GTACD e as alternativas e meios de combater a desertificação;
- Realização do I Encontro Regional de Trocas de Sementes, com conteúdos como: palestras sobre permacultura, qualidade de vida x qualidade dos alimentos; apresentação de grupos de reisados, poesias, artesanato e produtos orgânicos da agricultura familiar.

Resultados alcançados:

- Aprendizagem obtida nas visitas a diferentes localidades e comunidades, promovendo mudança de visão sobre as práticas e manejos da agricultura em terras secas e o meio ambiente como um todo;
- As parcerias feitas facilitaram o engajamento e divulgação das ações do GTACD;
- Aprendizado das práticas agroflorestais e de se trabalhar de forma sustentável com o bioma Caatinga;
- Envolvimento das crianças e jovens nas atividades agroflorestais, por meio de mutirões. Com a participação as crianças aprendem a se empenhar, cuidar, ver, desenvolver e envolver os adultos.

Desafios encontrados:

- Falta de orientação para os agricultores produzirem melhor. Uso de práticas inadequadas no manejo dos recursos naturais ligados à agricultura;
- Projeto executado fora de época das condições climáticas da região para os campos plantados. As culturas nos campos, não se desenvolveram bem por falta de chuva, perdendo boa parte do trabalho nessas áreas;
- Exploração sem controle dos recursos naturais. Afeta na exaustão dos solos, escassez de água, muda o regime das chuvas, provoca o assoreamento dos rios, lagos e açudes.

No município de Irecê, como em todo território, os fatores que causam desertificação vêm, sobretudo, do uso intensivo de monoculturas, da irriga-

ção com utilização de agrotóxicos e da utilização sem controle dos recursos hídricos (água subterrânea).

Problema preocupante, resultado desses processos acima citados, é a perda de fertilidade dos solos e, assim, o empobrecimento dos pequenos agricultores e agricultoras, prejudicando a segurança alimentar das famílias. Os agricultores da região sofreram com os pacotes tecnológicos dos Bancos e Governo Federal, nos anos 1970-1980, obedecendo às leis da dita Revolução Verde (termo muito irônico). Modelos foram impostos de cima para baixo, inadequados à realidade local dos pequenos produtores e à realidade climática do semiárido.

Em consequência disso, além das dívidas criadas por muitos produtores desde aquela época, os agricultores esqueceram as técnicas antigas do plantio diversificado. Perderam o costume de armazenar e trocar sementes de qualidade, o reflexo de plantar o umbuzeiro, a umburana, a aroeira e a capacidade de manejar de forma adequada a terra no semiárido.

Percebe-se, ainda, um crescimento do êxodo na região, sobretudo para MG e SP, para a colheita de café e corte de cana. A juventude está cada vez mais distante da agricultura e as comunidades estão “envelhecidas”. Nestas permanecem apenas as pessoas que são aposentadas e as famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família.

A criação do Grupo de Trabalho Agrofloresta de Combate à Desertificação (GTACD) foi uma ótima estratégia para a continuidade do trabalho e autogestão das próprias comunidades envolvidas. Em nível regional, ganhou-se mais visibilidade e respeito. Há preocupação na continuidade das ações desenvolvidas ao longo desses anos, o grupo atua como porta-voz das comunidades.

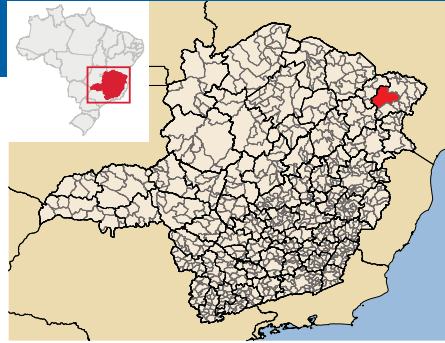


Foto 01 - Mutirão de intercâmbio no Ipêterras.



Foto 02 - Encontro de trocas de sementes.

4.8 Minas Gerais



4.8.1 Água, Conservação e Gestão Comunitária no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais

Ficha Técnica

Título do projeto:

Água, Conservação e Gestão Comunitária no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais

Título do projeto:

Água, Conservação e Gestão Comunitária no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais.

Instituição executora:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina.

Instituições parceiras:

Universidade Federal de Lavras (ULFA), Núcleo de Estudos Projeto Padre Justino, Lavras/MG, Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Vale do Jequitinhonha (ITAVALE), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), parceiros locais.

Responsável e contato:

Márcio Pereira Silva

E-mail: itavale2004@yahoo.com.br

Período de execução:

08/10/08 a 06/12/09

Área de alcance:

Municípios do Médio Jequitinhonha: Medina, Ponto dos Volantes, Itaobim, Cachoeira de Pajeú, Pedra Azul e Comercinho.

Atividades desenvolvidas:

- Curso de Educação Ambiental, realizado em Cachoeira de Pajeú e Ponto dos Volantes/MG, com a temática: conhecimentos teóricos e práticos dos próprios agricultores e dos técnicos envolvidos em relação ao meio ambiente em nível local, nacional e mundial; situação dos fenômenos naturais e meios de preservação adotados nas comunidades rurais;
- Curso de mudas frutíferas e nativas, realizado em Itaobim/MG, por técnicos da EFA Bontempo, em que foram repassadas as maneiras de se fazer mudas nativas e frutíferas, contou com a participação de agricultores e jovens de diversos municípios e comunidades;
- Mutirão para cercamento de nascente, com temáticas como: a importância e os cuidados do cercamento de nascentes, de forma que o procedimento possa ser adotadas por todos os moradores próximos a elas;
- Confecção de cartilhas sobre sistematização da experiência do trabalho de nascentes em Medina.

Resultados alcançados:

- Boa aceitação dos agricultores em implementar os trabalhos nas comunidades. O agricultor sabe das dificuldades de acesso à água, por isso se dispõe a colaborar;
- A experiência está se tornando mais conhecida e divulgada na região e está tomando grandes proporções;
- As cartilhas produzidas ajudam a divulgar a experiência, são utilizadas para incentivar a leitura e gerar conhecimento sobre a experiência de forma mais detalhada.

Desafios encontrados:

- Necessidade dos demais municípios e comunidades da região de ações como essas, pois existe um grande interesse em participar dos cursos, seminários e demais atividades, mas infelizmente não há como atingir todas em um só projeto;
- O prazo de realização das atividades precisou ser prorrogado, infelizmente as entidades envolvidas atuam em outras áreas, por isso, estão submergidas em outros trabalhos, o que dificulta cumprir todo o planejamento de forma satisfatória;
- A ação ainda não sensibilizou órgãos locais do poder público, apesar de serem convidados a participar, muitos órgãos se negam a comparecer e envolver-se no trabalho.

Nas comunidades rurais do Médio Vale do Jequitinhonha, longos períodos de estiagem e degradação dos solos por parte de mineradoras vêm

escasseando a água e comprometendo as condições de sobrevivência das famílias. As soluções das prefeituras municipais (carros-pipa, bombas de captação) são precárias e, geralmente, insatisfatórias. Nesta situação crítica, o ITAVALE e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Medina foram convertidos em interlocutores privilegiados das reclamações, e, por consequência, tornaram-se pioneiros no enfrentamento do problema da água. Isto tem dado motivos ao debate ambiental, tanto para conscientização do trabalhador rural no trato com o meio, como para reprimir a mineração ilegal.

Algumas tradições utilizadas na região causam problemas relacionados à temática da desertificação. São elas: a cultura dos agricultores em realizar queimadas na época de plantio para a limpeza do terreno; o assoreamento de rios e córregos com a retirada de areia e corte da mata ciliar e a falta de proteção de nascentes, gerando pisoteio de animais e entupimento das minas e nascentes, tudo isso causando grandes problemas ambientais.

A experiência adquirida com a execução do projeto apresenta resultados positivos, pois com o trabalho realizado ao longo dos anos, percebe-se que onde houve o cercamento de nascentes, agricultores afirmam que a água tem estado disponível durante todo o ano, já não mais secam como antigamente.

Os agricultores também veem no trabalho a ideia de conhecer melhor o local onde vivem e ali poder conviver em harmonia com animais e plantas. A experiência também podem ser demonstrada em espaços de discussão, como fóruns, seminários, oficinas e cursos, e isso tem sido feito, gerando bons resultados.



Foto 01 - Curso de Educação Ambiental.



Foto 02 - Plantio de mudas no assentamento.

4.8.2 Preservação do Meio Ambiente e Geração de Renda para Jovens e Mulheres Quilombolas de Minas Novas



Ficha Técnica

Título do projeto:

Biojoias – Preservação do Meio Ambiente e Geração de Renda para Jovens e Mulheres Quilombolas de Minas Novas.

Instituição executora:

Associação Quilombola de Quilombo (ASPOQUI).

Instituições parceiras:

CMDRS, Rede Salesiana de Promoção Social, SENAR, BNB, Banco do Brasil, Câmara Municipal, STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Novas, PPP ECOS / ISPN/PENUD/ UNOPS, ASCOPI, AMPLIAR.

Responsável e contato:

Itamar Alves de Souza
E-mail: iascultura@yahoo.com.br

Período de execução:

08/10/08 a 06/12/09

Área de alcance:

Comunidades da região do Alagadiço, no município de Minas Novas/MG.

Atividades desenvolvidas:

- Conscientização e recuperação ambiental de áreas degradadas, através da construção de viveiros e da realização de oficinas junto aos parceiros, sendo todas voltadas para a temática do homem no meio em que vive, e procurando abordar temas voltados para as monoculturas prejudiciais ao pequeno agricultor;
- Realização de um evento conjunto entre escolas municipais, prefeitura, redes sociais, com foco na educação e no meio ambiente;
- Construção de tanques para piscicultura, com tecnologias de aproveitamento de águas das chuvas (nos meses chuvosos);
- Oficinas de artesanatos e confecção de joias para participação em feiras, possibilitando a comercialização dos seus produtos.

Resultados alcançados:

- A experiência está se tornando mais conhecida e divulgada na região e está tomando grandes proporções;
- As cartilhas produzidas ajudam a divulgar a experiência, são utilizadas para incentivar a leitura e gerar conhecimento sobre a experiência de forma mais detalhada.

Desafios encontrados:

- Necessidade de ações como essas nos demais municípios e comunidades da região, pois existe um grande interesse dessas comunidades em participar dos cursos, seminários e demais atividades, mas infelizmente não há como atingir todas em um só projeto;
- O prazo de realização das atividades precisou ser prorrogado, infelizmente as entidades envolvidas atuam em outras áreas, por isso, estão submergidas em outros trabalhos, o que dificulta cumprir todo o planejamento de forma satisfatória;
- A ação ainda não sensibilizou órgãos locais do poder público, apesar de serem convidados a participar, muitos órgãos se negam a comparecer e envolver no trabalho.

A principal problemática encontrada foi a de convencimento das pessoas da região, principalmente os fazendeiros, da importância de preservar as matas nativas e o uso de forma consciente dos recursos naturais. Até mesmo dentro da associação (ASPOQUI) ainda há pessoas que insistem em continuar plantando os eucaliptos, que dão um retorno fácil e rápido, em vez de produzir alimentos e outras atividades, como a piscicultura – que tem dado certo na região.

As atividades realizadas contribuíram significativamente na conscientização de parte dos agricultores familiares e jovens sobre a importância de se produzir alimentos saudáveis e investir no cultivo de peixes do que continuar desmatando para plantio de eucalipto.

Foram realizados cursos, palestra e a busca de parcerias com outras entidades ligadas às atividades ambientais, que trabalham com a construção de barraginhas, tanques e lagos para peixes e abastecimento de água, cisternas de placas e plantio de espécies em áreas degradadas.

O acontecimento de projetos desta natureza deixa para todos nós uma reflexão que mesmo enfrentando as adversidades é necessário a participação da sociedade e o apoio efetivo dos governantes no aporte de recursos financeiros para financiar as atividades pensadas por pessoas que ainda gostam deste planeta, pois todas estas ações conjuntas somam na conscientização e nos resultados que muitas vezes sonhamos e planejamos para termos um mundo melhor.

A região vem passando por processo de melhorias neste aspecto de produzir e preservar ao mesmo tempo, sabe-se que este processo é demorado e demanda paciência por parte de todos: sociedade, governos e ONGs.



Foto 01 - Curso de biojoias.



Foto 02 - Participantes do projeto.



Foto: Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agrovila Nova Esperança/PE



Foto: Fundação Avaripe/GIZ

5

Projetos
Gerenciados
pela GIZ

5.1 Pernambuco



5.1.1 Projeto Iniciativas de Prevenção à Desertificação: Utilização Múltipla e Sustentável da Agrobiodiversidade, Biodiversidade e Demais Recursos Naturais no Município de Granito/PE

Ficha Técnica

Título do projeto:

Projeto Iniciativas de Prevenção à Desertificação: Utilização Múltipla e Sustentável da Agrobiodiversidade, Biodiversidade e Demais Recursos Naturais no Município de Granito/PE.

Instituição executora:

Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe – Fundação Araripe.

Instituições parceiras:

Oásis do Brígida; Associação local e Prefeitura Municipal de Granito.

Responsáveis e contato:

Geraldo Leal Junior

Francisco das Chagas Vieira Sales

E-mail: franciscoef@yahoo.com.br

Período de execução:

2008/2009

Área de alcance:

Assentamento Casa de Pedra, município de Granito/PE.

Atividades desenvolvidas:

- Seminários inicial e final para apresentação e conclusão das atividades respectivamente;
- Realização de diagnóstico socioambiental usando a metodologia do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) com entrevistas semiestruturadas junto às famílias agricultoras;
- Oficinas de Manejo Florestal Sustentável de Usos Múltiplos: ênfase em meliponicultura e em criatórios de gado bovino, ovino e caprino - Silvipastoril;
- Oficina de construção e Manejo de barragem subterrânea, com barramento de pedra solta a montante.

Resultados alcançados:

- Expressiva mobilização e sensibilização dos agricultores familiares assentados (Assentamento Casa de Pedra e comunidades vizinhas) e instituições de apoio, situadas no município de Granito/PE, com relação ao desenvolvimento e a disseminação de técnicas sustentáveis de conservação e do uso sustentável dos recursos naturais para a prevenção e combate à desertificação;
- Difusão das alternativas de conservação, uso e convivência com a seca junto a produtores rurais, por meio de oficinas;
- Apropriação pelos produtores rurais e assentados quanto à tecnologia de criação de animais (bovinos, caprinos e ovinos) e abelhas nativas, por meio da pastagem nativa sustentável da Caatinga;
- Apropriação pelos produtores rurais e assentados quanto a tecnologias adequadas para o semiárido para a conservação do solo e da água.

Desafios encontrados:

- Dificuldade de mobilização da comunidade em virtude do cansaço que os produtores rurais estão em contatar diversas frentes de ação e não observarem nenhum resultado favorável;
- Dificuldade pelo próprio processo de aprendizado, muitos produtores são relutantes em adotar novas técnicas e mudar a forma tradicional de uso do solo;
- Dificuldade do envolvimento dos jovens nas atividades produtivas rurais.

O Assentamento Casa de Pedra é situaoa no município de Granito/PE, localizado a 20 km da sede do município, povoado por 39 famílias, com área de 1.639,5 hectares, uma área de 325,9 hectares de Reserva Legal – sendo a mesma uma área coletiva. Nesta são desenvolvidas atividades comunitárias, entre estas a pecuária (bovinos, caprinos e ovinos).

Com esse cenário foi desenvolvido um projeto que visou contribuir para tornar o Assentamento Rural Casa de Pedra em uma Unidade Demonstrativa de combate à desertificação, como um empreendimento rural de desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento e reprodução da agricultura familiar, com aumento da segurança alimentar, hídrica e energética, promovendo a melhoria na qualidade de vida dos assentados.

Todas estas ações contaram com atividades específicas de adaptação e combate aos processos erosivos para mitigação dos fatores de desertificação. As ações realizadas pela Fundação Araripe foram estruturadas de forma a proporcionar uma equalização entre a promoção do desenvolvimento sustentável e a manutenção e melhoramento da qualidade ambiental, com ênfase ao combate à desertificação e convivência com a seca. De forma participativa estas iniciativas proporcionaram a apropriação pelos produtores rurais e assentados quanto a tecnologias adequadas para o semiárido para a conservação do solo, água e vegetação através de difusão das alternativas de conservação e do uso sustentável da Caatinga e de combate à desertificação e de convivência com a seca junto ao produtores rurais, durante a realização das oficinas.

Portanto, o projeto *Utilização Múltipla e Sustentável da Agrobiodiversidade, Biodiversidade e demais Recursos Naturais no Município de Granito/PE* promoveu o estímulo à população rural existente no Assentamento Casa de Pedra e nas comunidades vizinhas para que se processem mudanças em sua maneira de cultivar a terra, de criar o seu gado, respeitando as condições edáficas e climáticas, prevenindo dos efeitos erosivos e da desertificação e, por fim, de trabalhar em favor da própria comunidade e do meio ambiente com a manutenção dos recursos naturais, garantindo a sucessão vegetal e o potencial da área como atividade econômica.



Foto 01 - Prática coletiva da percepção espacial da comunidade.



Foto 02 - Construção de barragem em pedra seca.



5.1.2 Cuidando do Roçado e da Natureza

Ficha Técnica

Título do projeto:

Cuidando do Roçado e da Natureza.

Instituição executora:

Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco.

Instituição parceiras:

Secretaria de Educação e Comunidades Rurais.

Responsável e contato:

Manoel Ireno de Sousa

E-mail: manelito.nepsyahoo.com.br

Período de execução:

06/10/08 a 04/02/10

Área de alcance:

Santa Filomena e Dormentes.

Atividades desenvolvidas:

- Distribuição de plantas frutíferas e medicinais;
- Reuniões comunitárias;
- Oficinas para manipulação de defensivo natural;
- Intercâmbio para a troca de experiências entres as comunidades envolvidas no projeto;
- Oficina sobre manejo agroflorestal e produção orgânica;
- Oficina de sistematização.

Resultados alcançados:

- Autoafirmação de valores das comunidades;
- Melhor produção orgânica;
- Melhor participação dos alunos e professores nas atividades do projeto;
- Implementação da feira agroecológica;
- Implantação dos quintais produtivos;
- Melhor articulação entre as comunidades envolvidas;
- Elevação da autoestima dos alunos e profissionais da educação;
- Produção artesanal com material reciclável, dando ênfase à preservação do meio ambiente;
- Maior aproximação da escola com a família do educando e comunidade em geral;
- Valorização de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Desafios encontrados:

- Caracterização climática do semiárido (períodos de chuva e estiagem, chuvas concentradas e mal distribuídas, precipitação reduzida e variável), repercussão nos elementos do meio e nos sistemas e cadeias produtivas;
- Compreensão sobre variabilidade climática;
- Impactos na oferta de água para o consumo humano e para a produção (rural, agroindustrial) e serviços;
- Mecanismo de desenvolvimento limpo e as perspectivas para o semiárido;
- Emissão, sequestro, mercado de carbono e outras oportunidades;
- Vulnerabilidade, risco, mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Grandes desmatamentos e queimadas na região;
- Baixa produtividade na produção da agricultura familiar;
- Falta de políticas públicas voltadas ao combate de desertificação.



Foto 01 - Curso GAPA.



Foto 02 - Horta orgânica.

5.2 Ceará



5.2.1 PAM – Plano de Ação Municipal de Combate à Desertificação

Ficha Técnica

Título do projeto:

EFETIVAÇÃO DO PAM – Plano de Ação Municipal de Combate à Desertificação (Núcleo De Desertificação De Irauçuba).

Instituição executora:

Instituto Cactos.

Instituições parceiras:

Prefeitura Municipal de Irauçuba/CE.

Responsável e contato:

Francisco Gilvane Mota

E-mail: 6ilv4n3@gmail.com ou institutocactos@gmail.com

Período de execução:

26/06/2009 a 20/11/2009

Área de alcance:

Todo o território do município de Irauçuba/CE.

Atividades desenvolvidas:

- Reunião do Fórum Irauçubense de Convivência Solidária e Sustentável com o Semiárido para revalidação da Política Municipal de Combate à Desertificação;
- Análise técnica feita Pelo Grupo Permanente de Combate à Desertificação - GPCD/CE;
- Envio para a Câmara Municipal de Irauçuba para aprovação do PAM/IRAUCUBA, após ter sido transformado em linguagem jurídica pela assessoria da Prefeitura Municipal de Irauçuba;

- Produção gráfica do PAM/IRAUÇUBA;
- Constituição do grupo permanente de combate à desertificação – GPCD/IRAUÇUBA;
- Seminário temático sobre desertificação em Irauçuba – Lançamento do PAM /Irauçuba.

Resultados alcançados:

- Sensibilização na sociedade civil no sentido de reconhecimento do problema da desertificação que passa a região;
- Diálogo com a Câmara Municipal, buscando nesta o reconhecimento de uma demanda da sociedade em buscar instrumentos que possam minimizar os efeitos da desertificação no município, uma vez que esta se dispõe a discutir internamente o problema e acatar a sugestão, aprovando a Lei nº 645/2009, que institui medidas de enfrentamento da desertificação;
- Uma política pública nascida da sociedade civil, onde a gestão municipal, via seus secretários e gestor maior do município, puderam ouvir a sociedade e reconhecer um documento construído de forma participativa e ter a possibilidade de efetivá-lo como política de gestão municipal. A sociedade aprovou o projeto de lei do executivo nascido do PAM/Irauçuba, que se tornou na LEI nº 645/2009, DE 17 DE JUNHO DE 2009, que institui a Política Municipal de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, cria o Fundo Municipal de Combate à Desertificação e dá outras providências. Documento que a partir de então estará nos planos de gestão do município de Irauçuba.

Desafios encontrados:

- Não encontramos dificuldades significativas. Partimos com pioneirismo na criação de uma legislação própria que criou um fundo para financiamento de ações de combate à desertificação. Foi lançada a pedra fundamental, que é a efetivação de políticas públicas de enfrentamento, iniciativa da sociedade em parceria com o governo local, entretanto, cabe à sociedade, num esforço conjunto, instigar o governo atual local e os vindouros a efetivarem ações descritas nestas políticas, caso contrário a lei sancionada se tornará apenas um papel sem eficácia. Esse será o grande desafio.

Viabilizar o semiárido brasileiro é um grande desafio. Embora em condições de alto risco, a economia do semiárido, ainda, é embasada na agropecuária, e o mau uso da terra atrelado às condições naturais desta região, configura-se como um binômio perfeito para a desertificação, somos apenas uma célula nesse processo todo, que busca entender e buscar soluções de enfrentamento da desertificação.

Irauçuba constitui-se em um dos polos de maior aridez do semiárido brasileiro. Trata-se de uma região que, além da aridez condicionada pelos sistemas regionais de circulação atmosférica, a localização a sotavento do Maciço de Uruburetama contribui para o aumento dessas condições de aridez. As precipitações médias anuais oscilam em torno de 530 mm, com temperaturas médias anuais de 26,3 °C. Associada a essas condições de baixas precipitações e elevadas temperaturas está a alta variabilidade interanual das chuvas e a sua irregular distribuição espacial.

É justamente da conjugação do meio ambiente adverso com atividades antrópicas contrárias à sustentabilidade que se provoca uma fragilidade no equilíbrio do meio natural que, atrelada aos fatores de variações climáticas, tem solidificado o que muitos pesquisadores caracterizam como desertificação. Relataremos o que do nosso ponto de vista são os principais fatores que são causadores da desertificação em Irauçuba do ponto de vista antrópico (relação homem-natureza): pecuária extensiva; agricultura convencional itinerante; falta de conhecimento de novas práticas agrícolas; falta de conhecimento tecnológico voltado para a agricultura e pecuária; situação fundiária do município; influência de uma cultura secular de descaso ambiental e políticas públicas ineficientes; falta de conhecimento específico sobre a desertificação e extrativismo vegetal.

Partindo dessas premissas, observa-se que o projeto executado de educação, atrelado à busca de políticas públicas, tenha sido significativo na busca de minimizar os efeitos da desertificação.



Foto 01 - PAM/Irauçuba/CE, Instituído pela Lei Municipal nº 645/09.



Foto 02 - Entrega do PAM pelo prefeito ao representante do MMA.

5.2.2 Educação Ambiental e Contextualizada, Capacitação e Combate à Desertificação



Ficha Técnica

Título do projeto:

ESCOLA E VIDA NO SEMIÁRIDO: Uma Proposta de Formação.

Instituição executora:

Instituto Cactos.

Instituições parceiras:

Prefeitura Municipal de Irauçuba/CE.

Responsável e contato:

Maria Cláudia Pinheiro Mota

E-mail: institutocactos@gmail.com

Período de execução:

27/06/2009 a 28/11/2009

Área de alcance:

Todo o território do município de Irauçuba/CE.

E-mail: iascultura@yahoo.com.br

Atividades desenvolvidas:

- Evento de Lançamento Oficial do Projeto Escola e Vida no Semiárido [Prefeitura Municipal de Irauçuba/Sec. da Educação];
- Oficinas com temas propostos de forma participativa por ocasião de um diagnóstico realizado em colaboração com a Cáritas Brasileira no Município de Irauçuba. Módulo I: Metodologia da produção do conhecimento; módulo

II: O semiárido brasileiro; módulo III: Desertificação; módulo IV: O acesso à água no semiárido; módulo V: Os latifúndios e as possibilidades de produção do semiárido; módulo VI: Tecnologias sociais apropriadas ao semiárido; módulo VII: Diversidade cultural no contexto do semiárido e módulo VIII: Políticas públicas e organização popular;

- Certificação dos participantes.

Resultados alcançados:

- Os resultados desse processo foram de imediato no tocante à sensibilização a sociedade civil no sentido de reconhecimento do problema da desertificação que passa a região, contudo a conscientização virá a curto, médio e longo prazo, visto que os costumes de uma população sempre dependem da maneira como esta foi educada. Aproveitar o ambiente educativo para refletir sobre práticas que têm levado à degradação ambiental e à má qualidade de vida foi o “pontapé” inicial para a mudança de tais práticas em atitudes e costumes que possam levar à reversão das marcas de destruição deixadas em forma de desertificação em nossa terra, já frágil pelo clima que lhe é natural. Acredita-se que o projeto de formação deixou, sobretudo, o legado da conscientização sobre a necessidade de novas relações socioambientais

Desafios encontrados:

- A delimitação territorial do município de Irauçuba é bastante extensa (1.451 Km²);
- A princípio, a incerteza de firmarmos parcerias com o poder público local para o próximo mandato, já que estávamos em um período de transição administrativa;
- O recurso do financiamento não possibilitou atingir todo o público de professores, ao todo 350, sendo, portanto, o projeto feito de uma maneira-piloto com 160 educadores.

O projeto ocorreu em forma de oficinas, de maneira modular, em oito etapas, por meio de oficinas temáticas, com duração de 20 horas/aula cada, numa abordagem técnico-pedagógica para 160 educadores do município de Irauçuba. Para realização das oficinas utilizou-se a forma como o município está administrativamente organizado: em seis ADL (Áreas de Desenvolvimento Locais), que compreendem: a sede e os quatro distritos (Sede e Coité, Boa Vista do Caxitoré, Missi, Juá) do município de Irauçuba com suas adjacências. Os temas abordados, descritos em seguida, foram elencados de forma participativa por ocasião de um diagnóstico realizado pela Cáritas Brasileira no Município de Irauçuba.

- MÓDULO I: METODOLOGIA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO;
- MÓDULO II: O SEMIÁRIDO BRASILEIRO;
- MÓDULO III: DESERTIFICAÇÃO;
- MÓDULO IV: O ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO;
- MÓDULO V: OS LATIFÚNDIOS E AS POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO DO SEMIÁRIDO;
- MÓDULO VI: TECNOLOGIAS SOCIAIS APROPRIADAS AO SEMIÁRIDO;
- MÓDULO VII: DIVERSIDADE CULTURAL NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO;
- MÓDULO VIII: POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO POPULAR.

As oficinas modulares aconteceram bimestralmente e entre a aplicação de cada módulo os educadores trabalharam com os educandos de forma integrada as disciplinas do histórico escolar do currículo formal e, de forma interdisciplinar, as informações adquiridas por ocasião da formação de acordo com os projetos pedagógicos que serão elaborados nas oficinas para sua escola e, durante esse interim, as escolas receberam apoio, supervisão e acompanhamento de uma equipe pedagógica, escolhida para estas funções com o objetivo que as atividades pedagógicas atingissem o máximo de eficiência. Além de trabalhar a formação intelectual do aluno, a ESCOLA trabalhou de forma transdisciplinar, com PEDAGOGIA DE PROJETOS, com vista a possibilitar fazer intervenção no contexto em que a escola estivesse inserida.



Foto 01 - Pontos de culminância.



Foto 02 - Atividades de campo.



Foto: Associação Quintombola de Quitombo – ASPOQUJ/ MG

6

Conclusões e Recomendações

Um dos grandes desafios enfrentados pelo país em relação aos processos da desertificação está em cumprir uma complexa agenda de compromissos que passa, necessariamente, pela implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PAN Brasil, com uma estratégia de fomento e crédito, um marco normativo e referenciais de intervenção que reflitam a realidade socioambiental e possibilitem promover o desenvolvimento sustentável nas ASD.

A desertificação é definida como a degradação de terras em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de fatores, como as variações climáticas e as intervenções humanas. O risco de desertificação é substancial e claro, afetando a fertilidade dos solos e, conseqüentemente, a perda da produtividade, da qualidade ambiental e da biodiversidade. Essas perdas contribuem para a insegurança alimentar, hídrica e energética, agravando o quadro de pobreza, gerando um cenário de tensão socioambiental e econômico. A desertificação traz em si um enorme custo humano e econômico.

A reversão dessa tendência de degradação das terras das ASD demanda iniciativas que tragam soluções técnicas de proteção e de gestão deste ambiente, criando condições materiais, humanas, financeiras e normativas para que sociedade e governo se estruturam e desempenhem suas tarefas e competências com maior grau de eficácia. Para isso, faz-se necessário harmonizar intervenções e buscar maior cooperação e sinergia entre todos os atores responsáveis e engajados na luta contra a desertificação.

O combate à desertificação pode e deve ser um processo coletivo, em que governo e sociedade se auxiliem, mutuamente, por meio da busca por objetivos comuns e do compartilhamento de conhecimentos, obrigações, vivências e responsabilidades.

As populações afetadas detêm um conhecimento endógeno dos ecossistemas dos quais convivem e dependem para sobrevivência e, ao longo

de sua histórica relação com o meio, desenvolveram suas próprias concepções e práticas de convivência com a semiaridez. As experiências acumuladas por organizações não governamentais nas zonas semiáridas e susceptíveis à desertificação apresentam uma riqueza de saberes capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável no âmbito local.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a execução dos projetos da 2ª Edição do “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” trouxe resultados práticos visíveis. Os resultados aqui expostos demonstram o quanto as iniciativas de base podem contribuir para reverter os agentes causadores do processo de desertificação.

Quando se observa que para a implementação dos projetos foram utilizados recursos muito pequenos, da ordem de dezoito a vinte e três mil reais, isso mostra que com poucos recursos é possível fazer toda a diferença, principalmente quando se trata da preservação do meio ambiente e das boas práticas de seu uso. Esta é uma fórmula simples, eficaz e duradoura que pode ser replicada no sentido de se construir uma sociedade melhor para todos.

O Grupo Colmeias de Projetos, Assessorias e Serviços, executor do Projeto “Educação e Geração de Renda no Combate à Desertificação no RN”, dimensiona a importância da experiência adquirida por meio da iniciativa e traduz, de forma clara, as aprendizagens percebidas sobre a problemática da desertificação no ambiente local, conforme transcrito a seguir:

[...] Com a execução deste projeto, pudemos sensibilizar as pessoas acerca da desertificação que está revelando-se um grave problema ambiental, econômico e social para a população de inúmeras regiões do mundo, no caso do projeto, a sensibilização realizou-se no âmbito da região Nordeste. [...] As aprendizagens percebidas ao longo da execução do projeto foram: o empoderamento dos sujeitos sobre as causas e os efeitos da desertificação (em nosso Estado), a importância das abelhas nativas para minimizar este processo, o papel da flora nativa como uma alternativa para o combate ao processo de desertificação, a prática de um comércio de maneira justa e solidária, assim como tornar viável ao homem do campo apropriar-se de novos conhecimentos para melhoria de vida.

[...] A partir dessas ideias o objetivo é de fortalecimento da ação dos sujeitos sociais coletivos que se desafiaram a desenvolver e a avançar nessa construção do conhecimento voltado para a transformação de uma realidade onde

ainda salta aos olhos a exclusão social (adaptado do Relatório Final do Projeto Educação e Geração de Renda no Combate à Desertificação no RN, 2010).

Os projetos selecionados para participar do Fundo refletem o esforço das organizações proponentes em relacionar o combate à desertificação às práticas e técnicas de manejo que já vêm sendo desenvolvidas ao longo do tempo junto às comunidades de base.

Apesar das normais dificuldades de comunicação e interação entre os atores dos diversos segmentos da sociedade, os ganhos obtidos foram significativos e possibilitaram contribuições estratégicas para a cooperação técnica relacionadas ao apoio fundamental para o desenvolvimento de uma política pública, não somente por esta propiciar a inclusão política, social e cultural, como também por contribuir para o estabelecimento de pactos entre a sociedade civil e o governo.

Ao IICA, enquanto organismo de cooperação técnica internacional, coube o papel estratégico de complementar e fornecer insumos ao país contraparte para que os acordos sociais fossem ampliados, as parcerias firmadas e consolidadas para o efetivo cumprimento da agenda nacional do combate à desertificação. Para isso, foi de grande importância a experiência acumulada pelo IICA em relação à temática da desertificação e a sua capacidade de aporte técnico, operacional e financeiro aos resultados propostos (captação externa e parcerias).

Essa experiência se insere e apresenta alternativas para o esforço que vem sendo realizado no âmbito do MMA na definição de uma estratégia de fomento e crédito, que assegurem alternativas de produção e gestão de terras sustentáveis, que promovam a segurança alimentar, hídrica e energética e definam diretrizes normativas adequadas para o uso sustentável dos recursos naturais inseridos na realidade socioambiental das zonas semiáridas.

Dessa forma, recomenda-se que os resultados e impactos positivos aqui apresentados possam ser replicados e divulgados para diferentes atores sociais e localidades que necessitem de apoio para resgatar o saber local e fortalecer as capacidades técnico-operacionais de instituições e entidades que atuam em zonas semiáridas.

É fundamental que experiências e conhecimentos bem-sucedidos sejam aproveitados como referência para possibilitar uma mudança na

mentalidade e postura frente às questões ambientais para que se possam produzir soluções de transformação social e ambiental. O combate à desertificação se dará efetivamente quando as práticas de convivência com a semiaridez e o manejo sustentável dos recursos naturais forem parte do cotidiano e institucionalizado nos instrumentos de crédito e normativo, adequados à realidade socioambiental. Assim, estaremos promovendo o desenvolvimento nas áreas susceptíveis à desertificação, valorizando o patrimônio natural e seu adequado uso por parte de uma população consciente e atuante.

As referências apresentadas nos pequenos projetos refletem a importância do manejo dos recursos naturais para a convivência com a semiaridez e o combate à desertificação e a necessidade da adequação dos instrumentos normativos e de crédito vigentes, para que essas referências possam ter escala nas zonas semiáridas. Dessa forma, rompem-se os preconceitos e demonstra-se que o uso sustentável dos recursos naturais assegura a manutenção dos serviços ambientais, promove o desenvolvimento local de forma inclusiva e potencializa os esforços para a conservação da biodiversidade.

Referências Bibliográficas

BEEKMAN, G. B.; SOUZA, J. de Q.; SOUZA, M. V. B.; SOUZA, R. M. **I ENED** – Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação, Pacto do Desenvolvimento Sustentável pelo Semiárido.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil)**. Brasília, 2004.

COSTA, T. C. **Fundo de apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação** – Aprendizagens para o Combate à Desertificação Junto a Comunidades Rurais. Recife 2008.

Propostas enviadas para seleção dos projetos.

Relatório Final dos Projetos.



Foto: Instituto de Permacultura em Terras Secas - IPETERRAS/BA

7

Anexos

ANEXO I

Modelo para Relatório Parcial de Progresso



PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DE SECA - PAN-Brasil

FUNDO DE APOIO A INICIATIVAS LOCAIS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO EDIÇÃO 2008

Modelo para Relatório Parcial de Progresso

Nome do Projeto: _____

Instituição executora: _____
Responsável pelo Projeto: _____

Data de início do Projeto: __/__/__

Data desse Relatório parcial : __/__/__

Orientações para preenchimento:

Esse Relatório é composto de 5 tarefas.

Para as duas primeiras, pedimos que, a partir do Plano de trabalho ou Programa de atividades previsto em seu Projeto, sejam construídas tabelas à semelhança das que seguem (veja o exemplo).

A tarefa 3 é reflexiva, e quer saber das aprendizagens oferecidas pelo projeto até o momento. Por favor, sinta-se livre para acrescentar outras reflexões que possam enriquecer o conteúdo dessa parte.

A tarefa 4 refere-se ao cronograma de realização e a última pede que sejam acrescentados a esse Relatório documentos e produtos de relevante interesse para o nosso acompanhamento.



Ministério do
Meio Ambiente





Tabela A – Relatório de atividades

Apresente as atividades na sequência em que elas foram planejadas e/ou realizadas.

	Atividades/Metas Planejadas	Atividades/Metas Realizadas ou atingidas	Detalhamento das Atividades realizadas	
			Beneficiados/ participantes (# e tipo)	Tópicos e conteúdos abordados, produtos elaborados
1	Exemplo 1: Curso em recuperação de áreas degradadas	Exemplo 1: Curso em recuperação de áreas degradadas foi realizado em 16 horas (a previsão inicial eram 12 horas)	Exemplo 1: 35 agricultores familiares capacitados	Exemplo 1: • Conteúdos: A importância do manejo de solos, Indicadores de terras degradadas e técnicas de recuperação para áreas de Caatinga (gestão da água, florestamento). • Produtos: Cartilha de 30 páginas
2	Exemplo 2: Construção de viveiro	Exemplo 2: Realizado conforme previsto no Projeto	Exemplo 2: 2 profissionais contratados, 5 voluntários	Exemplo 2: Conteúdos: Os profissionais repassaram as técnicas de construção sustentável para os voluntários (detalhar técnicas) • Produtos: Viveiro de 50m ² construído
3 (...)				

Tabela B – Relatório de gastos e parcerias

Siga a mesma sequência e numeração da tabela A.

	Despesas associadas R\$	Parcerias associadas
	<i>Identifique a alocação de recursos para cada uma das atividades realizadas</i>	<i>Identifique os parceiros envolvidos para cada uma das atividades realizadas</i>
1	Exemplo 1: R\$ 2.600,00	Exemplo 1: Sindicato dos trabalhadores rurais, Universidade estadual X
2	Exemplo 2: R\$ 4.500,00	Exemplo 2: Sindicato dos trabalhadores rurais, Prefeitura, Igreja
3(...)		





3. Reflexão de aprendizagens

Quais os problemas e/ou desafios encontrados pelo Projeto até agora? Quais as medidas tomadas para o enfrentamento desses problemas e/ou desafios?

Em que medida as atividades realizadas até agora contribuem para que os objetivos e metas do projeto sejam alcançados?

Relacione as atividades realizadas até o momento com o combate a desertificação na sua região. Quais têm sido até o momento os aprendizados mais relevantes?

4. Cronograma de realização

O Projeto será realizado conforme o previsto ou há previsão de alguma alteração necessária? Em caso de alteração, seja no cronograma ou atividades previstas, por favor, explicitar as mudanças e seus motivos.

5. Anexos

Por favor, inclua como anexos desse Relatório Parcial documentos e produtos de interesse para o acompanhamento do Projeto como:

Registros fotográficos e/ou audiovisuais;

Cópia de listas de presença dos eventos e reuniões realizados;

Cópia de materiais produzidos;

Outros



Ministério do
Meio Ambiente



ANEXO II

Modelo para relatório final do projeto



PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL/ALEMANHA

PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DE SECA - PAN-Brasil

Projeto de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação

Modelo para Relatório Parcial de Progresso

Nome do Projeto: _____

Instituição executora: _____
Responsável pelo Projeto: _____

Data de início do Projeto: __/__/__

Data desse Relatório parcial : __/__/__

Orientações para preenchimento:

Esse Relatório é composto de 5 tarefas.

Para as duas primeiras, pedimos que, a partir do Plano de trabalho ou Programa de atividades previsto em seu Projeto, sejam construídas tabelas à semelhança das que seguem (veja o exemplo).

A tarefa 3 é reflexiva, e quer saber das aprendizagens oferecidas pelo projeto até o momento. Por favor, sinta-se livre para acrescentar outras reflexões que possam enriquecer o conteúdo dessa parte.

A tarefa 4 refere-se ao cronograma de realização e a última pede que sejam acrescentados a esse Relatório documentos e produtos de relevante interesse para o nosso acompanhamento.





PARTE A

Tabela 1 – Complemento do relatório de atividades

Essa tabela foi iniciada no Relatório Parcial de seu Projeto. Gostaríamos que fosse apresentado aqui o complemento de atividades realizadas desde então, mantendo a sequência de realização.

	Atividades/Metas Planejadas	Atividades/Metas Realizadas ou atingidas	Detalhamento das Atividades realizadas	
	<i>Atividade prevista no Projeto</i>	<i>Atividade foi realizada conforme previsão? Houve alguma alteração na atividade ou no cronograma?</i>	<i>Beneficiados/participantes (# e tipo)</i>	<i>Tópicos e conteúdos abordados, produtos elaborados</i>
1	Exemplo 1: Curso em recuperação de áreas degradadas	Exemplo 1: Curso em recuperação de áreas degradadas foi realizado em 16 horas (a previsão inicial eram 12 horas)	Exemplo 1: 35 agricultores familiares capacitados	Exemplo 1: • Conteúdos: A importância do manejo de solos, Indicadores de terras degradadas e técnicas de recuperação para áreas de Caatinga • Produtos: Cartilha de 30 páginas
2	Exemplo 2: Construção de viveiro	Exemplo 2: Realizado conforme previsto no Projeto	Exemplo 2: 2 profissionais contratados, 5 voluntários	Exemplo 2: Conteúdos: Os profissionais repassaram as técnicas de construção sustentável para os voluntários • Produtos: Viveiro de 50m ² construído
3 (...)				

Tabela 2 – Complemento do relatório de gastos e parcerias

Siga a mesma sequência e numeração da tabela 1.

	Despesas associadas R\$	Parcerias associadas
	<i>Identifique a alocação de recursos para cada uma das atividades realizadas</i>	<i>Identifique os parceiros envolvidos para cada uma das atividades realizadas</i>
1	Exemplo 1: R\$ 2.600,00	Exemplo 1: Sindicato dos trabalhadores rurais, Universidade estadual X
2	Exemplo 2: R\$ 4.500,00	Exemplo 2: Sindicato dos trabalhadores rurais, Prefeitura, Igreja
3(...)		



Ministério do Meio Ambiente





PARTE B

Reflexão de aprendizagens

Esse relatório é um produto sistematizado de conhecimento gerado por seu Projeto, e pode ajudar outras organizações a aprender com a sua experiência.

No entanto, considerando a curta duração do mesmo, é possível identificar apenas seus efeitos imediatos, além, é claro, de ser possível prever algumas potencialidades e dificuldades para a sua continuidade.

Nesse sentido, é preciso tentar revelar a contribuição ao combate à desertificação através de outra perspectiva, focando nos aprendizados que a execução do projeto trouxe para a organização, para as pessoas envolvidas direta ou indiretamente, para os sistemas socioambientais e produtivos da localidade.

Focar nas aprendizagens significa partir não só dos resultados alcançados e das atividades realizadas pelo Projeto, mas considerar toda a diversidade de aprendizados que a experiência de realizar esse Projeto trouxe, tudo é valioso!

OS APRENDIZADOS PODEM ESTAR NUMA ABORDAGEM INOVADORA, OU PELO CONTRÁRIO, APENAS NUMA MANEIRA PARTICULAR DE FAZER AS MESMAS COISAS.

PODEM ESTAR NUMA METODOLOGIA DESENVOLVIDA OU ADAPTADA PELA ORGANIZAÇÃO OU PODEM ESTAR NUMA SIMPLES IDÉIA QUE O GRUPO TENHA TIDO DURANTE O PROJETO, POR EXEMPLO, AO SE DEPARAR COM UMA DIFICULDADE, TUDO ISSO SÃO APRENDIZADOS!

E lembrem-se: dos sucessos não se aprende tanto como das coisas que não dão certo! Muitas das lições mais interessantes nós conseguimos a partir de fracassos ou de coisas que não aconteceram da maneira como imaginávamos.

Portanto, gostaríamos de estimulá-los para que aproveitem esse Relatório para compartilhar também as dificuldades e os aprendizados que elas trouxeram.



Ministério do
Meio Ambiente





Atividade 1. Análise de contexto

O contexto, entendido em seus aspectos histórico, ambiental, social, político, econômico, é um fator-chave do sucesso ou do fracasso de experiências.

Podemos dizer que são os fatores que estão “no entorno” e fora da governabilidade do Projeto, mas que mesmo assim o influenciam, positiva ou negativamente. Podem ser marcos normativos ou legais, atores ou instituições específicos, tradições ou mesmo a situação geográfica ou evento climático da localidade.

Para analisar o contexto de seu Projeto, pedimos:

- a) Identifiquem as oportunidades (aspectos positivos) e ameaças (aspectos negativos) do contexto de sua realidade, e como e porque esses fatores externos afetaram o Projeto ou podem vir a afetá-lo em sua continuidade.**

Use a seguinte a tabela abaixo como base. Ela pode ser complementada com outros campos ou colunas se o grupo quiser detalhar ainda mais:

Aspectos positivos	Como afetaram ou podem vir a afetar o Projeto?	Aspectos negativos	Como afetaram ou podem vir a afetar o Projeto?
1.	1.	1.	1.
2.	2.	2.	2.
3.(..)	3.(..)	3.(..)	3.(..)

Dica para realizar essa tarefa de forma participativa junto às pessoas envolvidas no Projeto:

Pode-se usar tarjetas de papel ou cartolina, pedindo que cada um escreva 2 ou mais idéias sobre os aspectos positivos e negativos e a forma como afetaram o Projeto. Com o grupo todo, definir quais são de fato os aspectos mais importantes, que às vezes podem ser percebidos através das idéias que mais se repetem.



Ministério do Meio Ambiente





Atividade 2. A nossa experiência e o combate à desertificação

Por favor, respondam às questões abaixo a partir da experiência e dos novos olhares que a experiência com o Projeto traz:

- a) **Quais são os principais fatores, em sua opinião, que condicionam (causam) a desertificação ao nível local do projeto ou em seu município?**
- b) **Como a sua experiência pode contribuir para as estratégias de combate à desertificação em nível local/regional? Qual o significado que essa experiência pode adquirir em nível regional ?**
- c) **Como está sendo pensada/organizada a continuidade das ações do Projeto? Há outras dinâmicas governamentais ou da sociedade civil às quais a sua experiência poderia ser agregada?**

Por favor, relacione as pessoas envolvidas no Projeto que participaram das atividades da Parte B desse Relatório:

Atividade 1. -

Atividade 2. -

Atividade 3. -



Ministério do
Meio Ambiente





PARTE C – Avaliação

- 1) Como você avalia essa iniciativa do Projeto de Apoio a Iniciativas Locais (PAIL) para o Combate à Desertificação? Em relação às suas expectativas, como são avaliados os processos de comunicação e assessoria durante o andamento do Projeto?
- 2) Como você avalia a relação de sua instituição com o Programa de Combate à Desertificação/ PAN-Brasil (MMA) e com o Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação/ GTCD da ASA? Gostaria de elaborar algumas críticas e/ou sugestões?
- 3) Aos moldes do que foi feito na 1ª Edição do Projeto de Apoio a Iniciativas Locais, pensamos em realizar, ao final de todas as atividades, um encontro de troca de experiências com todos os projetos executados por meio do PAIL, incluindo outras instituições. O que a sua instituição pensa dessa iniciativa e quais seriam as suas sugestões para o evento?

PARTE D – Anexos

Por favor, inclua como anexos desse Relatório Final os documentos e produtos do Projeto que ainda não tenha sido entregues junto ao Relatório Parcial, como:

- Registros fotográficos e/ou audiovisuais;
- Cópia de listas de presença e atas (ou ajudas-memória) dos eventos e reuniões realizados;
- Cópia de materiais produzidos;
- Outros



Ministério do
Meio Ambiente





SHIS QI 3, Lote A, Bloco F, Centro Empresarial Terracotta
71.605-450 - Brasília/DF • Fone: +55 (61) 2106-5477
Fax: +55 (61) 2106-5459 • E-mail: iica.br@iica.int



giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA